



# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

**Brasília - DF**  
**Novembro de 2016**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA  
E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**

Wilson Conciani  
**Reitor**

Adilson César de Araújo  
**Pró-Reitor de Ensino**

Cláudio Nei Nascimento da Silva  
**Diretor de Desenvolvimento do Ensino**

Ana Carolina Simões Lamounier Figueiredo dos Santos  
**Diretora de Políticas de Ensino**

Silvia Dias da Costa Fernandes  
**Coordenadora de Graduação**

*CAMPUS TAGUATINGA*

Leonardo Moreira Leodido  
**Diretor Geral**

Fabiano Cavalcanti Fernandes  
**Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Micaela Tourné Echenique  
**Coordenadora Geral de Ensino**

Jonathan Fernando Teixeira  
**Coordenador da Área de Física**

Eryc de Oliveira Leão  
Rodrigo Maia Dias Ledo  
Jonathan Fernando Teixeira  
Frederico Jordão Montijo da Silva  
Tiago de Jesus e Castro  
Eduardo Ulisses Xavier Peres  
Leonardo Moreira Leódido  
**Elaboradores**

Uma vez encontrado um primeiro paradigma com o qual conceber a natureza, já não se pode mais falar em pesquisa sem qualquer paradigma. Rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência. Esse ato se reflete não no paradigma mas no homem. Inevitavelmente ele será visto por seus colegas como o “carpinteiro que culpa suas ferramentas pelo seu fracasso.”

Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*

If in some cataclysm, all of scientific knowledge were to be destroyed, and only one sentence passed on to the next generations of creatures, what statement would contain the most information in the fewest? I believe it is the atomic hypothesis (or the atomic fact, or whatever you wish to call it) that all things are made of atoms – little particles that move around in perpetual motion, attracting each other when they are a little distance apart, but repelling upon being squeezed into one another. In that one sentence, you will see, there is an enormous amount of information about the world, if just little imagination and thinking are applied.

Richard P. Feynman, *The Feynman Lectures on Physics*

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO INSTITUTO .....	8
1.2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....	9
<b>2. HISTÓRICO .....</b>	<b>10</b>
2.1 DA INSTITUIÇÃO .....	10
2.2 DO CURSO .....	12
<b>3. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>13</b>
<b>4. OBJETIVOS .....</b>	<b>15</b>
4.1. OBJETIVO GERAL.....	15
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	15
<b>5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....</b>	<b>17</b>
<b>6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....</b>	<b>17</b>
6.1 SABERES DOCENTES .....	17
6.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES .....	19
6.3 PERFIL PROFISSIONAL DO LICENCIADO EM FÍSICA .....	22
<b>7. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>24</b>
<b>8. FUNDAMENTOS LEGAIS.....</b>	<b>24</b>
8.1 LEIS .....	24
8.2 DECRETOS .....	25
8.3 RESOLUÇÕES .....	25
8.4 PARECERES .....	26
8.5 PORTARIAS .....	27
<b>9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....</b>	<b>28</b>
9.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	28
9.2 ESTRUTURA CURRICULAR .....	30
9.3 GRADE CURRICULAR .....	37
9.4 SISTEMA ACADÊMICO, DURAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS – DIMENSÃO DAS TURMAS TEÓRICAS E PRÁTICAS.....	41
9.5 EMENTÁRIO .....	41
9.6 PRÁTICA PROFISSIONAL.....	41
<b>9.6.1 Trabalho de Conclusão de Curso .....</b>	<b>41</b>
<b>9.6.2 Estágio Curricular Supervisionado .....</b>	<b>42</b>
<b>9.6.3 Atividades Complementares.....</b>	<b>43</b>
9.6.3.1 Projeto de Pesquisa e Iniciação Científica.....	44
9.6.3.2 Extensão.....	46
9.6.3.3 Definição de Carga Horária .....	46
<b>10. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....</b>	<b>46</b>

<b>11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....</b>	<b>50</b>
11.1 LABORATÓRIOS .....	50
11.2 BIBLIOTECA .....	51
<b>12. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>51</b>
12.1 COORDENAÇÃO DO CURSO .....	51
<b>12.1.1 Atribuições do Coordenador de Curso.....</b>	<b>52</b>
12.2 COLEGIADO DO CURSO .....	53
12.3 PERFIL DOCENTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA .....	54
12.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	57
12.5 PESSOAL TÉCNICO .....	59
<b>13. DIPLOMA.....</b>	<b>59</b>
<b>14. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....</b>	<b>59</b>
14.1 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	59
14.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	62
<b>14.2.1 Introdução .....</b>	<b>62</b>
<b>14.2.2 Objetivos da Avaliação.....</b>	<b>63</b>
<b>14.2.3 Mecanismos de Integração da Avaliação.....</b>	<b>63</b>
<b>14.2.4 Procedimentos Metodológicos .....</b>	<b>63</b>
<b>15. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>
LEGISLAÇÕES .....	66
FONTES SECUNDÁRIAS .....	67

## **ANEXOS**

**Anexo I – Ementas de Componentes Curriculares Obrigatórios**

**Anexo II – Ementas de Componentes Curriculares Optativos**

**Anexo III – Instalações e Equipamentos**

**Anexo IV – Grade Curricular**

**Anexo V – Relatório de Consulta Pública**

**Anexo VI – Relatório de Impacto**

## Apresentação

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) foi instituído por meio da Lei Nº 11.892 de 29/12/2008, mediante a transformação da Escola Técnica Federal de Brasília, sendo inicialmente formado por cinco *Campi*: Brasília, Gama, Planaltina, Samambaia e Taguatinga.

As atividades acadêmicas no *Campus* Taguatinga tiveram início com a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em 2010 ainda no *Campus* provisório localizado em Taguatinga Centro. Neste mesmo ano foram iniciadas as obras de construção do *Campus* definitivo de Taguatinga, localizado na QNM 40. A partir do segundo semestre de 2010, após a construção de um bloco de ensino e de um bloco administrativo com biblioteca, foram iniciados os trabalhos no *Campus* Taguatinga da QNM 40 mediante a oferta de cursos técnicos subsequentes, cursos FIC e Ensino à Distância (EAD) em diversas áreas.

Dentre as várias novas instalações previstas no plano de expansão do *Campus*, estão previstos novos blocos de sala de aula e laboratórios de física adaptados para o curso de licenciatura em física, nas áreas essenciais para a formação de qualquer físico, quais sejam, mecânica, termologia, ondas, fluidos, eletromagnetismo, óptica e física moderna.

É nesse contexto que este Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física foi formulado, levando sempre em consideração a Lei nº. 11.892 de 29/12/08, o Termo de Acordos de Metas entre SETEC/MEC e IFB, a Resolução nº 16-2012/CS-IFB e a demanda da comunidade local. Este curso tem como objetivo habilitar os egressos ao atendimento das demandas locais, regionais e nacionais relacionadas ao ensino de física e oferecerá formação de qualidade, contemplando os aspectos teóricos e práticos da profissão de físico com perfil de educador.

## 1. Dados de Identificação

### 1.1 Identificação do Instituto

<b>Instituição</b>	
<b>Mantenedora:</b>	Ministério da Educação
<b>Nome de Fantasia:</b>	MEC
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0124-52
<b>Unidade Escolar</b>	
<b>Instituição:</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
<b>CNPJ:</b>	09.266.912/0001-84
<b>Razão Social:</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
<b>Nome Fantasia:</b>	IFB
<b>Campus</b>	TAGUATINGA
<b>Esfera Administrativa:</b>	Federal
<b>Categoria</b>	Pública Federal
<b>Endereço:</b>	QNM 40, Área Especial nº 01, Taguatinga/DF
<b>Cidade/UF/CEP:</b>	Taguatinga/DF - CEP 72146-050
<b>Telefone:</b>	(61) 2103 2200
<b>e-mail de contato:</b>	jonathan.teixeira@ifb.edu.br
<b>Sítio do Campus:</b>	<a href="http://www.ifb.edu.br/taguatinga">http://www.ifb.edu.br/taguatinga</a>

## 1.2 Identificação do Curso

<b>Instituição:</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
<b>Denominação:</b>	Curso de Graduação em Física
<b>Modalidade:</b>	Licenciatura em Física
<b>Titulação conferida:</b>	Licenciado em Física
<b>Início de Funcionamento do Curso:</b>	2015
<b>Duração do Curso:</b>	4 anos (8 semestres)
<b>Número de vagas:</b>	40 (quarenta) Anuais
<b>Turnos de funcionamento:</b>	Diurno
<b>Regime Acadêmico:</b>	Semestral, com entrada anual.
<b>Regime de Matrícula:</b>	Componente Curricular
<b>Total de horas de Práticas de Ensino</b>	400 horas
<b>Total de horas de Estágio Supervisionado em Docência</b>	400 horas
<b>Total de horas de Atividades Complementares</b>	200 horas
<b>Carga Horária total em horas-aula:</b>	3896,6 horas-aula
<b>Carga Horária total em horas:</b>	3247,5 horas

## **2. Histórico**

### **2.1 Da Instituição**

O histórico de implantação e desenvolvimento da instituição se associa à história da rede de educação profissional, científica e tecnológica. Em 1909, Nilo Peçanha, então presidente da República, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Numa sucessão de mudanças, em 1941 as Escolas de Aprendizes Artífices passaram a ser chamadas de Liceu Industrial e, no mesmo ano, de Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. A Escola Técnica Federal de Brasília (ETFB) foi fundada no final da década de 1950 como Escola Agro-técnica de Brasília, na cidade de Planaltina, subordinada à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, tendo como objetivo ministrar os cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola.

Por meio do Decreto nº 60.731 de 19 de maio de 1967, determinou-se a subordinação das Escolas Agrícolas do Ministério da Agricultura ao Ministério da Educação e da Cultura. Com a extinção da Escola Didática do Ensino Agrário, os colégios de aplicação voltaram a ter a denominação anterior de Colégio Agrícola de Brasília.

A partir da Portaria nº 129 de 18 de julho de 2000, o Colégio Agrícola de Brasília passou a denominar-se Centro de Educação Profissional – Colégio Agrícola de Brasília (CEP/CAB) cujo funcionamento tinha como objetivo a qualificação e requalificação profissional, objetivando a realização de Cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, direcionados à demanda mercadológica, principalmente em sua área de abrangência. A transformação do Centro de Educação Profissional/CAB em Escola Técnica Federal de Brasília se dá em 25 de outubro de 2007 através da Lei nº 11.534.

Como parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, a Lei 11.534 de 25/08/07, cria como entidade de natureza autárquica, a Escola Técnica Federal de Brasília, com vistas à implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED). Nesse mesmo ano, o Colégio Agrícola de Brasília, até então, pertencente à rede de Educação Profissional do Governo do Distrito

Federal, foi integrado a Rede Federal de Educação Profissional, por meio de um acordo entre os governos local e federal, tornando-se, assim, a UNED Planaltina.

A Lei N. 11.892 de 29/12/08, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, transformando a Escola Técnica Federal de Brasília em Instituto Federal de Brasília. Com isso, a UNED Planaltina passou a ser Campus e deu-se início a implantação de quatro novos *Campi*: Brasília, Gama, Samambaia e Taguatinga. O *Campus* de Taguatinga tem como objetivo atender aos diversos níveis e modalidades da educação profissional, possibilitando o desenvolvimento integral do discente, de forma ágil e eficaz, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Atualmente, o *Campus* Taguatinga oferece cursos técnicos subsequentes, cursos técnicos integrados, cursos de graduação nas modalidades Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), de Educação de Jovens e Adultos na modalidade PROEJA e em breve, nos termos da Lei 11.892 oferecerá cursos de pós-graduação. Também em consonância com a Lei 11.892/2008, o *Campus* tem se preparado para dar oportunidade aos seus alunos de desenvolver atividades de pesquisa e extensão nas várias áreas em que atua.

No início de 2010, o *Campus* Taguatinga ofertou cursos de FIC nas áreas de Gestão e Informática, em convênio com uma escola local. Em seguida, o *Campus* iniciou suas atividades no antigo edifício da Receita Federal localizado no centro da cidade. No segundo semestre de 2010, iniciaram-se os cursos técnicos, na forma subsequente, em Comércio e em Telecomunicações, além de manter as ofertas de FICs nas áreas de Gestão, Informática, Vestuário, Eletromecânica, Línguas e Música.

Considerando a crescente carência de mão-de-obra especializada nas diversas áreas do conhecimento, bem como a necessidade de continuar promovendo a educação profissional de qualidade nos diversos níveis, e a necessidade de proporcionar o desenvolvimento das regiões atendidas pelo *Campus* Taguatinga, a criação do Instituto Federal de Brasília representa um marco, dando início a uma série de reflexões e debates sobre o futuro da instituição, centrando as discussões em torno das competências e habilidades dos futuros profissionais a serem formados.

Nesse contexto, o Curso Superior de Licenciatura em Física é oferecido a alunos que desejem obter uma formação profissional que lhes proporcione empregabilidade, além de ajudar na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional contribuindo favoravelmente com sua inclusão participativa na sociedade.

## 2.2 Do Curso

Desde seu nascimento como ciência, a Física tem tido como propósito descrever, interpretar e prever fenômenos naturais. Ao longo dos séculos, o desenvolvimento dessa ciência levou-a a ser o pilar das grandes revoluções tecnológicas da humanidade. É comumente caracterizada como uma ciência experimental que também recorre às criações humanas abstratas - modelos teóricos e ferramentas matemáticas. A Física trabalha, portanto, em uma constante relação de cooperação entre observação, formulação teórica e prática experimental e nenhum destes elementos pode estar ausente no processo de seu desenvolvimento e de construção da realidade. Assim, um programa de ensino que esteja privilegiando apenas um desses aspectos está, certamente, em descompasso com os fundamentos da Física como ciência da natureza.

A Física tem sido base de importantes revoluções tecnológico-industriais, mas até agora, os currículos de Física no Brasil, praticamente ignoravam estas questões decorrentes das aplicações tecnológicas, que eram apresentadas no ensino médio quase a título de curiosidade e nos cursos superiores, apenas nos programas de pesquisa. A esse respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Editados pelo Ministério da Educação) são claros, quando afirmam que o ensino das ciências da natureza deve promover a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, levando o educando a compreender a ciência como uma construção humana relacionando o conhecimento científico com a transformação da sociedade e promovendo a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Nesse sentido, o objetivo principal do curso de Licenciatura em Física do *Campus* Taguatinga é formar educadores, não somente com competência para ensinar os fenômenos e os processos mecânicos, ópticos, termodinâmicos e eletromagnéticos, mas de associá-los às demais ciências, vislumbrando o desenvolvimento tecnológico-industrial responsável. Para isso, é importante pensarmos que no processo ensino-aprendizagem o ato de ensinar não significa apenas transferência de conhecimentos, mas sim um meio de dar condições para a construção, reconstrução e produção do conhecimento. Essas características são conseguidas

partindo do senso comum até chegar ao conhecimento científico, nunca se esquecendo de que professor e aluno devem ser os agentes efetivos do processo. Sendo assim, faz-se necessária a pesquisa não só daquilo (conteúdo) que se pretende discutir, como também do conhecimento do aluno e de sua realidade (avaliação diagnóstica).

### 3. Justificativa

A abertura do Curso de Licenciatura em Física já estava na programação de abertura de cursos Superiores de graduação do *campus* Taguatinga desde 2009 previsto no programa de abertura de cursos Superiores de Graduação do PDI 2009-2013<sup>1</sup>, que levou em conta o relatório de 11 de março de 2009 produzido após consulta pública (Anexo V).

Mas, de modo geral, a oferta do Curso Superior de Licenciatura em Física considera também o cenário regional e nacional da escassez de professores para o Ensino Básico nas áreas de exatas. Dentre outros documentos, foi levado em consideração o Relatório do CNE/CEB intitulado: *Escassez de professores no Ensino Médio – Propostas estruturais e emergenciais*, elaborado em maio de 2007. Esse relatório previu que um dos grandes desafios do Brasil para a próxima década será o de promover políticas que permitam ampliar o Ensino Médio, que corresponde ao nível de formação mínimo exigido para o ingresso na maioria dos postos de trabalho em países de economia consolidada. Com isso, espera-se promover o desenvolvimento social e diminuir a disparidade com países da própria América do Sul. E nesse contexto, o déficit de professores constitui um desafio a ser encarado pelas instituições educacionais do país.

De acordo com esse relatório, o déficit docente está concentrado principalmente nas áreas de Química, Física, Matemática e Biologia. A demanda do país é de aproximadamente 235 mil professores para o Ensino Médio, sendo 23.514 o número de professores necessários a cada uma das áreas de Física, Química e Biologia (Brasil, CNE/CEB, Relatório, 2007).

Quando perguntado, em entrevista dada à *Nova Escola On-Line*, sobre qual seria sua análise com relação ao déficit de professores no Brasil, Dilvo Ristoff, diretor de Educação Básica da Capes, disse:

---

<sup>1</sup> Veja-se a esse respeito o quadro 19 da página 36 do Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2013), acessível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/006\\_2010410103211319pdi\\_2009-2013\\_ifb.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/006_2010410103211319pdi_2009-2013_ifb.pdf)> acessado em 07 de novembro de 2016 às 14h59, horário de Brasília.

Há uma carência enorme em áreas prioritárias como Física, Química e Matemática. Nosso quadro de professores, tanto em quantidade como em qualidade, é o mesmo de 15 anos atrás. Hoje, precisaríamos de 84 anos para suprir nosso déficit apenas em Física. Precisamos de 50 mil docentes nesta área e só conseguimos formar cerca de 1800 por ano, com uma evasão que beira 2/3 dos alunos. Para resolver isso, o governo federal tem duas frentes atualmente, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que visa a ampliar as vagas na rede pública superior de ensino e o uso dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) para capacitação de docentes em nível superior. Até 2010, a ideia é termos 12 mil vagas por semestre em cursos regulares presenciais de Química, Física, Matemática e Biologia nos IFETs. A Universidade Aberta, que oferece cursos a distância, também faz parte da política para reverter esse quadro<sup>2</sup>.

Ainda segundo Ristoff, os dados da Capes mostram que nos últimos 15 anos, as universidades formaram 110 mil professores de matemática, mas apenas 43 mil estão no magistério; no caso da física, nos últimos 15 anos, as instituições formaram 13 mil professores, mas atuam no magistério apenas 6 mil.

Outro aspecto importante relacionado ao ensino de Física é que se costuma deparar com uma grande demanda por professores na Rede Pública e Privada e, ao mesmo tempo, com um grande número de profissionais que atuam sem possuírem curso superior<sup>3</sup>. Dentro desta perspectiva, procura-se construir um plano de curso que vise à formação do professor de forma integral, buscando, cada vez mais, a integração entre os conhecimentos didático-pedagógicos e os conhecimentos científicos específicos da Física em um conjunto coeso e interdisciplinar, respeitando não só as mudanças de paradigmas, como também o novo contexto socioeconômico e as novas tecnologias que exigem do professor um novo fazer pedagógico.

De acordo com o Parecer 09/2001 do *Conselho Nacional de Educação*, a Licenciatura passou a ter terminalidade e integralidade próprias em relação ao Bacharelado, constituindo-se em um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o do Bacharelado. A profissão docente hoje, diante da complexidade da tarefa educativa, assume novos desafios, que vão muito além da mera transmissão de conhecimentos adquiridos academicamente. No caso específico da educação em ciências naturais e matemática, muito já se conhece sobre a situação dos professores e alunos no

---

<sup>2</sup> Cf.: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-inicial/capes-aumenta-orcamento-r-500-milhoes-atender-educacao-basica-423229.shtml>. Acessado em: 10/08/2013 às 17:04 horas.

<sup>3</sup> Segundo a *Sinopse Estatística do Professor* publicada pelo INEP e atualizada em 17/12/2012, ainda hoje, 6,89% dos professores que atuam no Ensino Médio no Distrito Federal não possuem curso superior (Cf. tabela 8.5). Segundo os dados, de um total de 4434 professores do Distrito Federal que atuam no Ensino médio, 11 possuem apenas a formação em Normal/Magistério e 275 no Ensino Médio. Cf. o estudo completo disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Veja-se também a esse respeito, o *Anuário Brasileiro da Educação Básica* de 2013, (Cruz, 2013), p.88 e seguintes, disponível em: <http://zerohora.com.br/pdf/15067484.pdf>.

contexto da Educação Básica; não faltam pesquisas, dados e documentos para demonstrar seus avanços, suas deficiências e necessidades, conhecimentos essenciais para que se possam traçar os rumos desse setor.

Segundo o documento elaborado pela Academia Brasileira de Ciências intitulado: *O Ensino de Ciências e a Educação Básica: Propostas para Superar a Crise*, fruto da discussão e da consulta a especialistas da área, a educação científica no Brasil precisa receber tratamento prioritário no Brasil. Entre os argumentos que apoiam esta urgência está a deterioração do ensino básico que acompanhou o esforço dos governos pela universalização do ensino fundamental e que gerou a péssima formação de jovens com chances limitadas de inserção na sociedade brasileira (ABC, 2007).

Tendo esse compromisso em mente e estando diante do desafio educacional brasileiro para este século, este Curso de Licenciatura em Física assume o desafio de atender à demanda nacional de educadores da área de física com a qualidade e o compromisso que o país exige.

## **4. Objetivos**

### **4.1. Objetivo Geral**

O objetivo principal do Curso de Licenciatura Plena em Física é formar profissionais capazes de compreender os fenômenos e os processos mecânicos, ópticos, termodinâmicos e eletromagnéticos na forma clássica e moderna, sua importância e aplicações na construção de materiais e equipamentos no desenvolvimento industrial e tecnológico; profissionais imbuídos dos conteúdos com os quais alcançará as competências e habilidades necessárias, para atuar no magistério da Educação Básica, nos processos de ensino e aprendizagem do conhecimento teórico e experimental da física, capazes de atuar na Educação Básica em todas as suas modalidades.

### **4.2. Objetivos Específicos**

Esse curso de Licenciatura tem como metas específicas formar um profissional com perfil para:

- Atuar com base em princípios democráticos, respeitando a diversidade social, cultural e física das pessoas, participando da tomada de decisões a respeito dos rumos da sociedade como um todo a partir da consciência de seu papel como educador.
- Formar professores com amplo domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, beneficiando-se dos recursos científicos e tecnológicos disponíveis na instituição.
- Envolver-se e envolver a comunidade escolar por meio de ações colaborativas no processo educativo.
- Reconhecer a complexidade do processo educativo - que envolve aspectos técnicos, éticos, coletivos e relacionais - e atuar de forma reflexiva.
- Transformar conhecimentos acadêmicos específicos em conhecimento escolar qualificado.
- Atuar em diferentes contextos de seu âmbito profissional, fazendo uso de recursos técnicos, metodológicos e materiais didáticos variados.
- Estar habilitado para enfrentar os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar seus futuros alunos para o conhecimento e a reflexão.
- Adotar uma postura crítica de pesquisador sobre a própria prática em prol do seu aperfeiçoamento e da aprendizagem dos alunos.
- Dominar conteúdos fundamentais e atualizar-se a respeito dos conhecimentos de física, assim como realizar sua articulação com outras áreas e com outros saberes.
- Fornecer uma formação sólida ao acadêmico nos fundamentos da Física que lhe permita julgar e abordar criticamente os problemas propostos.
- Gerenciar seu próprio desenvolvimento profissional, entendido como um processo de formação contínua, adotando uma postura de disponibilidade e flexibilidade para mudanças.
- Desenvolver no aluno a iniciativa e independência quanto às novas metodologias de investigação e abordagem de fenômenos físicos.
- Formar o estudante através da orientação e participação em estágios supervisionados em escolas e projetos de ensino.
- Preparar o estudante para a pós-graduação em Ensino de Física e áreas afins.
- Contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Distrito Federal e da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno).

Tais objetivos devem ser alcançados oferecendo ao aluno um curso que fomente: a reflexão e a análise fundamentada sobre a prática da ação docente em todos os seus aspectos, a investigação científica, uma sólida formação em física e a articulação teoria-prática. Componentes Curriculares que caracterizam a essência e o caráter interdisciplinar do curso, o quadro docente altamente qualificado constituído por professores mestres e doutores, os recursos de infraestrutura (laboratórios, equipamentos de informática e acervo bibliográfico) e de apoio ao aluno constituem os outros suportes necessários para que os alunos atinjam os objetivos previstos.

## **5. Requisitos e Formas de Acesso**

O Curso Superior de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, *Campus* Taguatinga, é oferecido apenas aos estudantes que possuam certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente, conforme Resolução 28 de 2012/CS-IFB. Assim, uma vez que o aluno tenha sido contemplado com uma vaga para o referido curso, apenas poderá efetivar sua matrícula caso apresente o certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente.

O acesso ao curso de Licenciatura em Física se dará por meio, ou do Sistema de Seleção Unificada (SISU), ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou de transferência facultativa de outra instituição de ensino superior, ou de transferência facultativa de outro *Campus* dos Institutos Federais e por fim, entrada para portador de diploma. Todas as formas devem respeitar os termos da legislação do IFB.

Os estudantes matriculados no curso de Licenciatura em Física até o segundo semestre de 2016 serão aconselhados a migrarem para o novo currículo por meio de um formulário elaborado pelo colegiado.

## **6. Perfil Profissional do Egresso**

### **6.1 Saberes Docentes**

O licenciado em Física do IFB deve ser um profissional que, apoiado em conhecimentos sólidos e atualizados da ciência Física, seja capaz de, no contexto da formação

e disseminação do saber científico, abordar e tratar problemas novos e tradicionais, estando sempre preocupado em buscar novas formas do saber e do fazer científico ou tecnológico. A atitude de investigação deve estar sempre em todas as suas atividades, mesmo quando associadas a diferentes formas e objetivos de trabalho.

Nesse sentido, a formação do Físico educador deve levar em conta tanto as perspectivas tradicionais de atuação docente, como as novas demandas que vêm emergindo nas últimas décadas. Em uma sociedade em rápida transformação, como esta em que vivemos surgem, continuamente, novas funções sociais e novos campos de atuação, colocando em questão os paradigmas profissionais anteriores, com perfis já conhecidos e bem estabelecidos. Propõe-se, assim, uma formação, ao mesmo tempo ampla e flexível, que desenvolva habilidades e conhecimentos necessários às expectativas atuais e capacidade de adequação a diferentes perspectivas de atuação futura, seja no ensino escolar formal, seja em novas formas de educação científica, relacionadas à produção de materiais didáticos, à produção de recursos educacionais multimídia, à divulgação científica, à promoção da cultura científica e do interesse pelas carreiras científicas e tecnológicas, à produção e/ou divulgação de história da ciência, etc.

Nesse sentido, o egresso do curso de Licenciatura em Física deverá ser capaz de:

- Compreender e atuar sobre o processo de ensino-aprendizagem na escola básica e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino.
- Adotar estratégias de ensino diversificadas que explorem menos a memorização e privilegiem o raciocínio.
- Considerar os aspectos emocionais e afetivos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, aprimorando as relações interpessoais presentes no ato educativo tais como: relação aluno-professor, aluno-aluno e professor-professor.
- Considerar, na formação dos alunos da educação básica, suas características socioculturais e psicopedagógicas.
- Tratar com respeito a pluralidade de formas de conhecimento cotidiano trazidas por saberes e habilidades dos alunos.
- Propiciar aprendizagens significativas ancoradas em saberes, conhecimentos e habilidades anteriores dos estudantes.
- Promover o ensino da Física com estímulo à autonomia intelectual do aluno, valorizando a expressão de suas ideias, de seus saberes não científicos, tratando-os como ponto de partida para o entendimento dos saberes científicos.

- Resolver problemas concretos da prática docente e da dinâmica escolar, zelando pela aprendizagem dos alunos e pela qualidade do ensino ministrado.
- Tratar os conteúdos de ensino de Física de modo contextualizado estabelecendo relações entre diferentes conteúdos dentro da Física, entre os conhecimentos físicos e outras formas de conhecimentos científicos e saberes cotidianos, e entre a física e a sociedade, as tecnologias, a história e a filosofia.
- Propor projetos e atividades que viabilizem a relação escola-sociedade.
- Conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados à Física e às áreas de conhecimento afins, que são objeto de sua atividade docente, adequando-os às necessidades dos alunos.
- Valorizar o aspecto experimental da Física.
- Compreender o processo de transformação do conhecimento humano e atualizar constantemente seus estudos para acompanhar essas transformações, seja do campo educacional geral e específico, seja do campo de conhecimento científico-tecnológico, bem como da vida humana em geral.
- Manter atualizado seus conhecimentos sobre legislação educacional e a atuação profissional.
- Atuar de forma integrada em programas envolvendo equipes multidisciplinares.
- Ser crítico, criativo, participativo e ético no desempenho de suas atividades.
- Ser capaz de sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente.

## 6.2 Competências e Habilidades

O curso de Licenciatura em Física compreende conteúdos, atividades e práticas que constituem base consistente para a formação do professor capaz de atender ao perfil profissional descrito nesse projeto. De acordo com o parecer CNE/CES 1.304/2001 do MEC, onde são estabelecidas as Diretrizes Nacionais para os Cursos de Física, deve-se procurar estabelecer competências gerais, que contemplem a formação de todos os profissionais de física, bem como competências específicas ligadas, cada uma, ao curso de física específico.

Segundo esse parecer, as *competências essenciais* necessárias não só aos físicos educadores – objetos deste projeto –, como aos físicos pesquisadores, tecnólogos e interdisciplinares, são as seguintes:

1. Dominar princípios gerais e fundamentos da Física, estando familiarizado com suas

áreas clássicas e modernas.

2. Descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais.
3. Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais ou teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais ou matemáticos apropriados.
4. Manter atualizada sua cultura geral e sua cultura técnica profissional específica.
5. Desenvolver uma ética de atuação profissional e a consequente responsabilidade social, compreendendo a Ciência como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sócio-políticos, culturais e econômicos<sup>4</sup>.

Ao lado do desenvolvimento dessas competências gerais, estão, segundo as *Diretrizes Nacionais*, as seguintes *habilidades* também *essenciais*:

1. Utilizar a matemática como uma linguagem para a expressão dos fenômenos naturais.
2. Resolver problemas experimentais, desde seu reconhecimento e a realização de medições, até a análise de resultados.
3. Propor, elaborar e utilizar modelos físicos, reconhecendo seus domínios de validade.
4. Concentrar esforços e persistir na busca de soluções para problemas de solução elaborada e demorada.
5. Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados;
6. Utilizar os diversos recursos da informática, dispondo de noções de linguagem computacional.
7. Conhecer e absorver novas técnicas, métodos ou usos de instrumentos, seja em medições, seja em análise de dados (teóricos ou experimentais).
8. Reconhecer as relações do desenvolvimento da Física com outras áreas do saber, tecnologias e instâncias sociais, especialmente contemporâneas.
9. Apresentar resultados científicos em distintas formas de expressão, tais como relatórios, trabalhos para publicação, seminários e palestras<sup>5</sup>.

No que diz respeito à atividade docente e de divulgação científica da qual espera-se

---

<sup>4</sup> Cf. Parecer CNE/CES 1.304/2001

<sup>5</sup> Cf. Parecer CNE/CES 1.304/2001

que o Licenciado em Física seja um importante vetor, seguem abaixo as *competências específicas* da habilitação de Físico Educador pretendida por este curso:

1. Planejar, elaborar e adaptar materiais didáticos de diferentes naturezas.
2. Dominar e articular conhecimentos didático-pedagógicos aplicados a processos de ensino-aprendizagem de conhecimentos físicos.
3. Articular ensino e pesquisa na produção e difusão do conhecimento e da cultura física.
4. Estabelecer a relação entre ciência, tecnologia e sociedade.
5. Estabelecer vínculos entre os conhecimentos físicos e outras áreas de conhecimento.

Relacionadas a essas competências específicas estão as seguintes *habilidades específicas*:

1. Analisar e elaborar apostilas e livros didáticos de física para as séries iniciais do ensino fundamental e para o ensino médio.
2. Consultar e revisar criticamente bibliografias das várias áreas do conhecimento físico e produzir artigos, gravações em áudio, vídeos e outras formas de materiais voltados para a promoção do letramento científico e do ensino de física.
3. Diagnosticar dificuldades do processo de ensino-aprendizagem e aplicar conhecimentos e técnicas didático-pedagógicas variadas no ensino de física nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio.
4. Estimular o gosto e a curiosidade de alunos e cidadãos em geral para o conhecimento físico e suas tecnologias.
6. Gerenciar de modo produtivo e cooperativo os processos de ensino-aprendizagem em sala de aula.
7. Acompanhar a evolução do pensamento científico e tecnológico relacionado à física e às matérias afins.

Por fim, retomando a perspectiva da formação essencial de qualquer habilitação em física, cabe citar as *vivências essenciais* estabelecidas pelo Parecer CNE/CES 1.304/2001, sem as quais, a graduação em física se tornaria um processo educacional menos integrado e efetivo:

1. Ter realizado experimentos em laboratórios.
2. Ter tido experiência com o uso de equipamento de informática.
3. Ter feito pesquisas bibliográficas, sabendo identificar e localizar fontes de informação relevantes.
4. Ter entrado em contato com ideias e conceitos fundamentais da Física e das Ciências, através da leitura de textos básicos.
5. Ter tido a oportunidade de sistematizar seus conhecimentos e seus resultados em um dado assunto através de, pelo menos, a elaboração de um artigo, comunicação ou monografia.
6. (...) ter também participado da elaboração e desenvolvimento de atividades de ensino<sup>6</sup>.

### **6.3 Perfil Profissional do Licenciado em Física**

O perfil previsto para o licenciado em Física formado pelo IFB – *Campus* Taguatinga – é o definido para o Físico educador, que consta no já mencionado Parecer nº 1.304/2001-CNE/CES:

Físico – educador: dedica-se preferencialmente à formação e à disseminação do saber científico em diferentes instâncias sociais, seja através da atuação no ensino escolar formal, seja através de novas formas de educação científica, como vídeos, “software”, ou outros meios de comunicação. Não se ateria ao perfil da atual Licenciatura em Física, que está orientada para o ensino médio formal.

Para alcançar esse perfil, o licenciado deverá (re)construir conhecimentos e desenvolver capacidades ao longo do Curso que lhe habilitem a:

- Dominar princípios gerais e fundamentos da Física, estando familiarizado com suas áreas clássicas e modernas.
- Descrever e explicar fenômenos naturais, processos e equipamentos tecnológicos em termos de conceitos, teorias e princípios físicos gerais.
- Diagnosticar, formular e encaminhar a solução de problemas físicos, experimentais e teóricos, práticos ou abstratos, fazendo uso dos instrumentos laboratoriais e matemáticos apropriados.
- Propor e elaborar projetos de pesquisa na área da Física.

---

<sup>6</sup> Cf. Parecer CNE/CES 1.304/2001

- Manter atualizada a sua cultura científica geral e técnica específica.
- Desenvolver uma ética de atuação profissional e a consequente responsabilidade social, compreendendo a ciência como conhecimento histórico, desenvolvido em diferentes contextos sociopolíticos, culturais e econômicos.
- Problematizar juntamente com os estudantes os fenômenos sociais relacionados com os processos de (re)construção do conhecimento no âmbito da Física e de suas inter-relações com outras áreas do conhecimento.
- Tutorar o processo de ensino-aprendizagem, assumindo um papel de orientador das atividades propostas, sendo um elemento motivador e incentivador do desenvolvimento de seus alunos.
- Dominar conhecimentos específicos em Física, as suas relações com a matemática e outras ciências.
- Dominar o processo de (re)construção do conhecimento em Física, assim como o processo de ensino desta ciência.
- Estabelecer diálogo entre a área de Física e as demais áreas do conhecimento no âmbito educacional.
- Articular ensino e pesquisa na produção e difusão do conhecimento em ensino de Física e na sua prática pedagógica.
- Desenvolver metodologias e materiais didáticos de diferentes naturezas, coerentemente com os objetivos educacionais almejados.
- Articular as atividades de ensino de Física na organização, no planejamento, na execução e na avaliação de propostas pedagógicas da escola.
- Propor, elaborar e utilizar modelos físicos, reconhecendo seus domínios de validade;
- Utilizar a linguagem científica na expressão de conceitos físicos, na descrição de procedimentos de trabalhos científicos e na divulgação de seus resultados.
- Atuar propositivamente na busca de soluções políticas, pedagógicas e técnicas para questões propostas pela sociedade.
- Planejar, desenvolver e avaliar os processos de ensino e de aprendizagem em Física nos níveis de ensino fundamental e médio.

## **7. Campo de Atuação Profissional**

O trabalho dos Licenciados em Física é predominantemente intelectual e como profissional exercerá atividades de docência nos anos finais do Ensino Fundamental e nas séries do Ensino Médio tanto no setor público quanto no setor privado. No que se refere às condições de trabalho, o licenciado em Física do IFB trabalhará em horário regular, geralmente em equipes multi e interdisciplinares compostas, dentre outros, por biólogos, químicos, matemáticos e pedagogos. Entre os campos de atuação estão, basicamente, as áreas de docência e pesquisa, planejamento e algumas questões relacionadas ao meio ambiente e ação coletiva. São exemplos mais específicos de atividades exercidas pelos licenciados, além da docência, as seguintes:

- Produzir conhecimento na área de ensino de Física.
- Difundir conhecimento na área de Física e ensino de Física.
- Aprimorar-se continuamente, ingressando preferencialmente, na Pós-Graduação em Ensino de Física ou Educação.
- Atuar no ensino à distância, centros e museus de ciências e divulgação científica.

## **8. Fundamentos Legais**

A redação deste Projeto Pedagógico de Curso Superior de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Brasília foi pautada nos seguintes dispositivos legais:

### **8.1 Leis**

\* LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional<sup>7</sup>.

\* LEI Nº. 11.788 DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> acessado em 31 de julho de 2016, às 17h49, horário de Brasília

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm)> acessado em 31 de julho de 2016, às 17h49, horário de Brasília.

## 8.2 Decretos

\* DECRETO No 3.276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências<sup>9</sup>.

\* DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências<sup>10</sup>.

\* DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional<sup>11</sup>.

\* DECRETO Nº 5626 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000<sup>12</sup>.

\* DECRETO Nº 8752 DE 9 DE MAIO DE 2016, Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica<sup>13</sup>.

## 8.3 Resoluções

\* RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena<sup>14</sup>.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3276.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3276.htm)> acessado em 31 de julho de 2016, às 17h50, horário de Brasília.

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)> acessado em 31 de julho de 2016, às 17h51, horário de Brasília.

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm)> acessado em 31 de julho de 2016, às 17h51, horário de Brasília.

<sup>12</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)> acessado em 31 de julho de 2016, às 17h52, horário de Brasília.

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm)> acessado em 31 de julho de 2016, às 17h59, horário de Brasília.

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h00, horário de Brasília.

\* RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 1, de 17 de novembro de 2005. Altera a Resolução CNE/CP n.º 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena<sup>15</sup>.

\* RESOLUÇÃO CNE/CES n.º 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial<sup>16</sup>.

\* RESOLUÇÃO n.º 028-2012/CS-IFB, de 22 de outubro de 2012. Regulamenta os Procedimentos Administrativos e a Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Brasília - IFB<sup>17</sup>.

\* RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 2, de 1º de Julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

#### **8.4 Pareceres**

\* PARECER CNE/CP n.º 9, aprovado em 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior<sup>18</sup>.

\* PARECER CNE/CP n.º 21/2001, aprovado em 6 de agosto de 2001. Dispõe sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_05.pdf)> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h01, horário de Brasília.

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf)> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h01, horário de Brasília.

<sup>17</sup> Disponível em: <[http://www.ifb.edu.br/attachments/3893\\_Resolucao\\_028\\_republicacao.pdf](http://www.ifb.edu.br/attachments/3893_Resolucao_028_republicacao.pdf)> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h02, horário de Brasília.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h04, horário de Brasília.

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_212001.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_212001.pdf)> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h05, horário de Brasília.

\* PARECER CNE/CP nº 27, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior<sup>20</sup>.

\* PARECER CNE/CP nº 28, de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior<sup>21</sup>.

\* PARECER CNE/CES 1.304/2001 de 06 de novembro de 2001. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física<sup>22</sup>.

\* PARECER CNE/CES nº 67 de 2 de junho de 2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação<sup>23</sup>.

\* PARECER CNE/CP nº 5, de 4 de abril de 2006. Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica<sup>24</sup>.

## **8.5 Portarias**

\* PORTARIA N.º 1.793, de dezembro de 1994. Recomendações sobre educação inclusiva<sup>25</sup>.

\* PORTARIA NORMATIVA MEC N.º 1.134, de 10 de outubro de 2016. Uso de 20% de EAD em cursos presenciais.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/027.pdf>> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h05, horário de Brasília.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h05, horário de Brasília.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h05, horário de Brasília.

<sup>23</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067\\_03.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf)> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h06, horário de Brasília.

<sup>24</sup> Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp005\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp005_06.pdf)> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h07, horário de Brasília.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h07, horário de Brasília.

## 9. Organização Curricular

### 9.1 Princípios Norteadores da Organização Curricular

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio<sup>26</sup> afirmam que o ensino das ciências da natureza deve promover a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos. Além de levar o educando a compreender a ciência como construção humana relacionando o conhecimento científico com a transformação da sociedade e promover a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Dessa forma, o currículo do curso de licenciatura em Física incorpora componentes curriculares obrigatórios de caráter acadêmico-científico-culturais, dentro e fora de sala de aula, atividades de vivência de práticas de ensino ao longo do curso, estágios supervisionados em Física agrupados em um currículo que pode ser cursado em 8 semestres.

Os conteúdos curriculares que compõem o curso foram esquematizados de acordo com o Parecer CNE/CES 1.304/2001, que institui as Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física e incentiva a divisão dos cursos de física em geral da seguinte forma:

- Núcleo Comum (Com aproximadamente 50% da carga horária)
- Módulos Sequenciais Especializados:
  - Físico-Pesquisador (Bacharelado em Física)
  - Físico-Educador (Licenciatura em Física)
  - Físico-Interdisciplinar (Bacharelado ou Licenciatura em Física e Associada)
  - Físico-Tecnólogo (Bacharelado em Física Aplicada)

De acordo com as Diretrizes, essas partes sequenciais especializadas

(...) podem conter o conjunto de atividades necessárias para completar um Bacharelado ou Licenciatura em Física nos moldes atuais ou poderão ser diversificados, associando a Física a outras áreas do conhecimento como, por exemplo, Biologia, Química, Matemática, Tecnologia, Comunicações, etc. Os conteúdos desses módulos especializados inter-disciplinares devem ser elaborados por cada IES juntando os esforços dos colegiados dos diversos cursos envolvidos (Física, outras áreas científicas, Engenharia, Comunicação, etc.) seguindo interesses específicos e regionais de cada instituição (Parecer CNE/CES 1.304/2001, p.5-6).

As Diretrizes definem da seguinte forma o Módulo Físico-Educador:

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencian.pdf>> acessado em 31 de julho de 2016, às 18h08, horário de Brasília.

Físico-educador - No caso desta modalidade, os sequenciais estarão voltados para o ensino da Física e deverão ser acordados com os profissionais da área de educação quando pertinente. Esses sequenciais poderão ser distintos para, por exemplo, (i) instrumentalização de professores de Ciências do ensino fundamental; (ii) aperfeiçoamento de professores de Física do ensino médio; (iii) produção de material instrucional; (iv) capacitação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental. Para a licenciatura em Física serão incluídos no conjunto dos conteúdos profissionais, os conteúdos da Educação Básica, consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em nível superior, bem como as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica e para o Ensino Médio (Parecer CNE/CES 1.304/2001, p.7).

É importante deixar claro que, seguindo a nomenclatura dessas Diretrizes, o termo “módulo” é utilizado aqui para designar um conjunto de componentes curriculares com certas características. Não se deve aplicar a esse termo a ideia de um conjunto de componentes curriculares que são ofertados em um mesmo período. Assim, o curso foi estruturado da seguinte forma:

<b>MÓDULOS</b>	<b>SUBDIVISÕES</b>	<b>Caráter</b>
Núcleo Comum de Física (NCF)	Núcleo Comum de Física (NCF)	Obrigatório
Módulo Físico-Educador (MFE)	Núcleo de Educação (NE)	Obrigatório
	Estágio Supervisionado em Física (ES)	Obrigatório
	Atividades Complementares (AC)	Obrigatório
Optativas para a Licenciatura em Física (OLF)	Optativas	Optativo

Espera-se com isso atingir uma formação que contemple os perfis, competências e habilidades descritos no capítulo 6 deste documento e, ao mesmo tempo, flexibilizar a inserção do formado em um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e diversificado<sup>27</sup>.

O Núcleo Comum de Física (NCF) corresponde à formação básica que qualquer físico, de qualquer área de concentração, deve ter. Compreende um conjunto de componentes curriculares relativos à física geral, matemática, física clássica, física moderna e ciência como atividade humana.

O Módulo Físico-Educador corresponde à definição de ênfase específica do licenciado em física. Referindo-se a este módulo, os relatores do Parecer CNE/CES 1.304/2001 dizem:

No caso desta modalidade, os sequenciais estarão voltados para o ensino da Física e deverão ser acordados com os profissionais da área de educação quando pertinente.

<sup>27</sup> Cf. capítulo 3 do Parecer CNE/CES 1.304/2001, onde os relatores expõem a estrutura desejável dos cursos de física.

Esses sequenciais poderão ser distintos para, por exemplo, (i) instrumentalização de professores de Ciências do ensino fundamental; (ii) aperfeiçoamento de professores de Física do ensino médio; (iii) produção de material instrucional; (iv) capacitação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental. Para a licenciatura em Física serão incluídos no conjunto dos conteúdos profissionais, os conteúdos da Educação Básica, consideradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores em nível superior, bem como as Diretrizes Nacionais para a Educação básica e para o Ensino Médio (Parecer CNE/CES 1.304/2001, p. 7).

Na sequência, cada uma das subdivisões do Módulo Físico-Educador será explicada.

## 9.2 Estrutura Curricular

Como já foi citado acima, este curso está estruturado em três módulos básicos: O Núcleo Comum de Física, de caráter obrigatório; o Módulo Físico-Educador, também obrigatório, e o módulo de Optativas para a Licenciatura em Física, que inclui uma lista de componentes curriculares optativos.

A carga horária exigida para o Curso de Licenciatura em Física, respeitados os termos da Resolução CNE/CP 002 de 2015,<sup>28</sup> é a seguinte:

<b>Currículo Mínimo Exigido</b>					
<b>Módulo + AC</b>	<b>Subdivisões</b>	<b>Tipo</b>	<b>CH Semanal (ha)</b>	<b>CH (ha)</b>	<b>CH (h)</b>
<b>NCF</b>	<b>NCF</b>	Aulas Teórica e Experimental	94	1692	1410
<b>MFE</b>	<b>NE</b>	Aula Teórica	32,2	608,6	507,5
		Pesquisa	10	180	150
		Práticas de Ensino	10	480	400
	<b>ES</b>	Regência	6	480	400
<b>OLF</b>	<b>Optativas</b>	Aula Teórica	12	216	180
<b>AC</b>	<b>AC</b>	Vivências Acadêmicas	---	240	200
<b>TOTAL</b>			<b>164,2</b>	<b>3896,6</b>	<b>3247,5</b>

<sup>28</sup> A Resolução CNE/CP 002 de 1º de junho de 2015 estipula que a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de graduação plena, deverá ser de, no mínimo, 3200 horas, garantidas 400 horas para práticas de ensino vivenciadas ao longo do curso, 400 horas de estágio supervisionado, 2200 horas de conteúdos curriculares de atividades acadêmico-científico-culturais em sala de aula e 200 horas de outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

É importante ressaltar que a carga horária semanal prevista de 10ha para práticas de ensino e 6ha para estágio supervisionado é subjetiva, dada que as horas de orientação individuais ou coletivas podem ocorrer em periodicidade variável, a depender do planejamento dessas componentes<sup>29</sup>.

Dentre essas subdivisões, apenas a última apresenta componentes de caráter optativo. Componentes optativas são Componentes Curriculares que permitem integralizar o currículo com o aprofundamento em alguma área de interesse do aluno, dando certa margem de liberdade para reforçar a formação do estudante em uma área que ele apresenta dificuldades ou que ele pretende se especializar. Assim, o estudante possui liberdade para escolher quais componentes curriculares pretende cursar, observados os valores mínimos exigidos em cada cadeia de componentes curriculares.

Os seguintes Componentes Curriculares do Núcleo Comum de Física abaixo, de caráter obrigatório, deverão ser cursados, observados os pré-requisitos, por todos os estudantes do Curso de Licenciatura em Física que desejarem obter o grau de Licenciado em Física:

<b>Núcleo Comum de Física (NCF)</b>						
<b>SUBD</b>	<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH Semanal (ha)</b>	<b>CH (ha)</b>	<b>CH (h)</b>	<b>Pré-requisito</b>
<b>NCF</b>	AL	Álgebra Linear	4	72	60	---
<b>NCF</b>	APC	Algoritmos e Programação de Computadores	4	72	60	---
<b>NCF</b>	C1	Cálculo Diferencial e Integral I	4	72	60	---
<b>NCF</b>	C2	Cálculo Diferencial e Integral II	4	72	60	C1
<b>NCF</b>	C3	Cálculo Diferencial e Integral III	4	72	60	C2
<b>NCF</b>	ELETRO 1	Eletromagnetismo 1	3	54	45	C1
<b>NCF</b>	ELETRO 1 EXP	Eletromagnetismo 1 Experimental	2	36	30	C1
<b>NCF</b>	ELETRO 2	Eletromagnetismo 2	3	54	45	ELETR O 1

<sup>29</sup> O mesmo vale para as 4ha reservadas para os trabalhos de conclusão de curso contabilizados no módulo NCF.

NCF	ELETRO 2 EXP	Eletromagnetismo 2 Experimental	2	36	30	ELETR O 1 EXP
NCF	EDO	Equações Diferenciais Ordinárias	3	54	45	C1
NCF	FMEX	Física Moderna Experimental	2	36	30	OPT EXP
NCF	FQUA	Física Quântica	6	108	90	MMF e IFM
NCF	FTER	Física Termica	2	36	30	---
NCF	FTER EXP	Física Térmica Experimental	2	36	30	---
NCF	FLO	Fluidos e Ondulatória	2	36	30	---
NCF	FLO EXP	Fluidos e Ondulatória Experimental	2	36	30	---
NCF	IFM	Introdução à Física Moderna	4	72	60	C1 e MEC 2
NCF	MEC 1	Mecânica 1	3	54	45	---
NCF	MEC 1 EXP	Mecânica 1 Experimental	2	36	30	---
NCF	MEC 2	Mecânica 2	3	54	45	---
NCF	MEC 2 EXP	Mecânica 2 Experimental	2	36	30	---
NCF	MCLA 1	Mecânica Clássica 1	6	108	90	EDO, MEC 1 e MEC 2
NCF	MMF	Métodos Matemáticos da Física	4	72	60	C2 e EDO
NCF	OPT	Óptica	3	54	45	---
NCF	OPT EXP	Óptica Experimental	2	36	30	---
NCF	QUI	Química Aplicada	4	72	60	---
NCF	TE 1	Teoria Eletromagnética 1	6	108	90	C3 e ELETR O 2
NCF	TERMO	Termodinâmica	6	108	90	C2 e FTER
<b>TOTAL</b>			<b>94</b>	<b>1692</b>	<b>1410</b>	
<b>Exigido</b>			<b>94</b>	<b>1692</b>	<b>1410</b>	

O Módulo Físico-Educador possui uma subdivisão com Componentes Curriculares Obrigatórios voltados para a formação educacional do licenciado, com componentes de formação geral e específica, chamado Núcleo de Educação (NE). Neste núcleo, há algumas matérias voltadas para as práticas de ensino de física, respeitando a carga horária prevista na Resolução CNE/CP 002 de 2015. Segue abaixo a lista completa de Componentes Curriculares

do Núcleo de Educação, sem as quais, o estudante não poderá obter o grau de Licenciado em Física.

<b>Módulo Físico Educador (MFE)</b>											
<b>SU BD</b>	<b>Códi go</b>	<b>Component e Curricular</b>	<b>CH Sema nal (ha)</b>	<b>CH (ha)</b>	<b>CH (h)</b>	<b>CH T (h)</b>	<b>CH PE (h)</b>	<b>CH E (h)</b>	<b>CH P (h)</b>	<b>Pré- requi sitos</b>	<b>Carát er</b>
NE	CS	Cultura e Sociedade	2	40	33,5	33,5	0	0	0	---	OBR
NE	ED	Educação para a Diversidade	2,2	40,2	33,5	33,5	0	0	0	---	OBR
NE	EHF	Ensino de História da Física	3	54	45	45	0	0	0	---	OBR
NE	FE	Fundamentos da Educação	3	60	50	50	0	0	0	---	OBR
NE	LPT	Leitura e Produção de Texto	3	60	50	50	0	0	0	---	OBR
NE	LIB	Libras	2,2	40,2	33,5	33,5	0	0	0	---	OBR
NE	MC	Metodologia Científica	2	40	33,5	33,5	0	0	0	---	OBR
NE	NTE	Novas tecnologias da Educação	2,2	40,2	33,5	33,5	0	0	0	---	OBR
NE	OEB	Organização da Educação Brasileira	3,3	60	50	50	0	0	0	---	OBR
NE	POA	Planejamento e Organização da Ação Pedagógica	3,3	60	50	50	0	0	0	---	OBR
NE	PEE	Práticas de Ensino de Eletromagnetismo	2	120	100	0	100	0	0	---	OBR
NE	PEFM	Práticas de Ensino de Física Moderna	2	84	70	0	70	0	0	---	OBR
NE	PEFT	Práticas de Ensino de	2	72	60	0	60	0	0	---	OBR

		Física Térmica									
<b>NE</b>	PEFO	Práticas de Ensino de Fluidos e Ondulatória	2	108	90	0	90	0	0	---	OBR
<b>NE</b>	PEM	Práticas de Ensino de Mecânica	2	96	80	0	80	0	0	---	OBR
<b>NE</b>	PED	Psicologia da Educação	3	60	50	50	0	0	0	---	OBR
<b>NE</b>	TA1	Tópicos de Astronomia 1	3	54	45	45	0	0	0	---	OBR
<b>NE</b>	PCC	Projeto de Conclusão de Curso	4	72	60	---	0	0	60	---	OBR
<b>NE</b>	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	6	108	90	---	0	0	90	PCC	OBR
<b>TOTAL</b>			<b>52,2</b>	<b>1268,6</b>	<b>1057,5</b>	<b>507,5</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>150</b>		
<b>Exigido</b>			<b>52,2</b>	<b>1268,6</b>	<b>1057,5</b>	<b>507,5</b>	<b>400</b>	<b>400</b>	<b>150</b>		

Os componentes curriculares de Estágio Supervisionado e as Atividades Complementares estão estruturados nos subcapítulos 9.6.2 e 9.6.4 deste Projeto Pedagógico. A organização curricular está especificada abaixo:

<b>Módulo Físico Educador (MFE) + AC</b>						
<b>SUBD</b>	<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH Semanal (ha)</b>	<b>CH Semestral (ha)</b>	<b>CH Semestral<sup>30</sup> (h)</b>	<b>Pré-requisito</b>
<b>ES</b>	ES 1	Estágio Supervisionado 1	2	168	140	---
<b>ES</b>	ES 2	Estágio Supervisionado 2	2	168	140	ES 1
<b>ES</b>	ES 3	Estágio Supervisionado 3	2	144	120	ES 2
<b>AC</b>	AC	Atividades Complementares	----	240	200	----
<b>TOTAL</b>			<b>6</b>	<b>720</b>	<b>600</b>	
<b>Exigido</b>			<b>6</b>	<b>720</b>	<b>600</b>	

<sup>30</sup> No caso das Atividades complementares, a carga horária de 25 horas representa apenas a divisão das 200 horas ao longo dos 8 semestres e serve apenas como sugestão. Portanto, a quantidade real de horas de atividades complementares por semestre não está fixada em 25 horas. O que está fixado é a quantidade total de 200 horas que devem ser atingidas até o final do curso.

A lista de disciplinas optativas é composta de matérias relacionadas a várias áreas afins à licenciatura em Física. Para integralizar o currículo mínimo necessário para obter o grau de licenciado em física, o estudante deverá cursar a carga horária mínima de 288 horas/aula ao longo do curso, distribuídas entre as disciplinas optativas oferecidas.

A seguir é apresentada a lista de componentes curriculares optativas para o Curso de Licenciatura em Física:

<b>Optativas</b>						
<b>Módulo</b>	<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH Semanal (ha)</b>	<b>CH Semestral (ha)</b>	<b>CH Semestral (h)</b>	<b>Pré-requisito</b>
<b>OLF</b>	ACHP	Acionamentos Hidráulicos e Pneumáticos	5	90	75	FLO
<b>OLF</b>	CN	Cálculo Numérico	4	72	60	C1
<b>OLF</b>	CIEL	Circuitos Elétricos	5	90	75	ELBA
<b>OLF</b>	CMEL	Comandos Elétricos	4	60	72	ETEC
<b>OLF</b>	DTEC	Desenho Técnico	4	60	72	---
<b>OLF</b>	DF	Didática Fundamental	2	36	30	---
<b>OLF</b>	ELEM	Elementos de Máquinas	3	45	54	---
<b>OLF</b>	ELBA	Eletricidade Básica	4	60	72	C1
<b>OLF</b>	ELAN	Eletrônica Analógica	4	60	72	CIEL
<b>OLF</b>	ELDI	Eletrônica Digital	4	60	72	CIEL
<b>OLF</b>	ELIN	Eletrônica Industrial	4	60	72	ELAN
<b>OLF</b>	ETEC	Eletrotécnica	4	60	72	CIEL
<b>OLF</b>	EA	Ensino de Astronomia	3	54	45	---
<b>OLF</b>	EFC	Ensino de Física Conceitual	3	54	45	---
<b>OLF</b>	ET	Espanhol Técnico	2	36	30	---
<b>OLF</b>	ESOL	Estado Sólido	6	108	90	C1
<b>OLF</b>	FEST	Física Estatística	4	72	60	C2, TERMO, MEC 2
<b>OLF</b>	FME	Fundamentos de Matemática Elementar	3	54	45	---
<b>OLF</b>	HFF 1	História e Filosofia da Física 1	4	72	60	---
<b>OLF</b>	HFF 2	História e Filosofia da Física 2	4	72	60	HFF 1
<b>OLF</b>	IT	Inglês Técnico	2	36	30	---
<b>OLF</b>	IGD	Introdução à Geometria Diferencial	4	72	60	C3

OLF	LAB	Laboratório Especial	4	72	60	FQUA
OLF	LM	Lógica Matemática	2	36	30	---
OLF	MANU	Manutenção Industrial	2	30	36	---
OLF	MQEL	Maquinas Elétricas	4	60	72	---
OLF	MD	Matemática Discreta	4	72	60	AL
OLF	MATF	Materiais de Fabricação	3	45	54	---
OLF	MDF	Materiais didáticos para o ensino de física	3	54	45	---
OLF	MCLA 2	Mecânica Clássica 2	6	108	90	MCLA 1
OLF	MQ	Mecânica Quântica	6	108	90	FQUA
OLF	MEF	Metodologia do Ensino da Física	2	36	30	---
OLF	METR	Metrologia	3	45	54	---
OLF	PE	Probabilidade e Estatística	4	72	60	---
OLF	PROC	Processos de Fabricação	4	60	72	---
OLF	PC 1	Programação de Computadores I	4	72	60	APC
OLF	PC 2	Programação de Computadores II	4	72	60	APC
OLF	PC 3	Programação de Computadores III	4	72	60	APC
OLF	ROBI	Robótica Industrial	4	60	72	---
OLF	SEGT	Segurança do Trabalho	2	30	36	---
OLF	SIC1	Sistemas de Controle 1	4	60	72	---
OLF	SIC 2	Sistemas de Controle 2	4	60	72	SIC1
OLF	TINT	Técnicas de Integração	2	36	30	---
OLF	TE 2	Teoria Eletromagnética 2	6	108	90	TE 1
OLF	TA2	Tópicos de Astronomia 2	2	36	30	TA1
OLF	TEL	Tópicos de Eletromagnetismo	2	36	30	ELETR O 1
OLF	TFO	Tópicos de Fluidos e Ondulatória	2	36	30	FLO
OLF	TMA	Tópicos de Matemática A	2	36	30	---
OLF	TMB	Tópicos de Matemática B	2	36	30	---
OLF	TMC	Tópicos de Matemática C	2	36	30	---
OLF	TRE	Tópicos de Relatividade Especial	4	72	60	AL e IFM
OLF	VC	Variável Complexa	4	72	60	C3
<b>Total de 52 Componentes Curriculares</b>			<b>183</b>	<b>3111</b>	<b>2928</b>	
<b>Exigido</b>			<b>16</b>	<b>288</b>	<b>240</b>	

Por fim, cabe ressaltar que dentro da organização curricular geral, os seguintes componentes curriculares contam como atividades de apoio ao ensino – supervisão e orientação, individual ou coletiva.

Área de atuação	Disciplinas do curso que vai ministrar	CH semanal (ha)	CH total (ha)
<b>Física</b>	Práticas de Ensino de Eletromagnetismo	2ha	120
	Práticas de Ensino de Física Moderna	2ha	84
	Práticas de Ensino de Física Térmica	2ha	72
	Práticas de Ensino de Fluidos e Ondulatória	2ha	108
	Práticas de Ensino de Mecânica	2ha	96
<b>Física / Educação</b>	Projeto de Conclusão de Curso	4ha	72
	Trabalho de Conclusão de Curso	6ha	108
	Estágio Supervisionado 1	2ha	168
	Estágio Supervisionado 2	2ha	168
	Estágio Supervisionado 3	2ha	144
	<b>CH Total de Atividades de apoio ao ensino</b>	<b>20ha</b>	<b>1140ha</b>

### 9.3 Grade Curricular

O itinerário formativo sugerido para o estudante que começar este curso sem ter integralizado componentes curriculares por aproveitamento é o seguinte<sup>31</sup>:

1º Semestre						
Módulo	Código	Componente Curricular	CH Semanal (ha)	CH Semestral (ha)	CH Semestral (h)	Pré-requisitos
<b>NCF</b>	MEC 1	Mecânica 1	3	54	45	---
<b>NCF</b>	MEC 1 EXP	Mecânica 1 Experimental	2	36	30	---

<sup>31</sup> Observe-se pela mistura de cores representativas dos módulos que as diferentes categorias de módulos aparecem distribuídas ao longo de toda a grade curricular, sugerindo ao estudante a vivência ao longo do curso das diferentes competências e habilidades necessárias à formação do Físico-Educador, desde o primeiro semestre até o último, tal como preconizada pelos Pareceres e Resoluções do MEC para a Educação Superior, tais como o Parecer CNE/CES 1.304/2001 e o Parecer CNE/CP 21/2001.

<b>OLF</b>	FME	Fundamentos de Matemática Elementar	3	54	45	---
<b>NCF</b>	C1	Cálculo Diferencial e Integral I	4	72	60	---
<b>NE</b>	LPT	Leitura e Produção de Texto	3	60	50	---
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>	<b>276</b>	<b>230</b>	

<b>2º Semestre</b>						
<b>Módulo</b>	<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH Semanal (ha)</b>	<b>CH Semestral (ha)</b>	<b>CH Semestral (h)</b>	<b>Pré-requisitos</b>
<b>NCF</b>	MEC 2	Mecânica 2	3	54	45	---
<b>NCF</b>	MEC 2 EXP	Mecânica 2 Experimental	2	36	30	---
<b>NCF</b>	FTER	Física Térmica	2	36	30	---
<b>NCF</b>	FTER EXP	Física Térmica Experimental	2	36	30	---
<b>NCF</b>	C2	Cálculo Diferencial e Integral II	4	72	60	C1
<b>NCF</b>	AL	Álgebra Linear	4	72	60	---
<b>NE</b>	FE	Fundamentos da Educação	3	60	50	---
<b>TOTAL</b>			<b>20</b>	<b>366</b>	<b>305</b>	

<b>3º Semestre</b>						
<b>Módulo</b>	<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH Semanal (ha)</b>	<b>CH Semestral (ha)</b>	<b>CH Semestral (h)</b>	<b>Pré-requisitos</b>
<b>NCF</b>	FLO	Fluidos e Ondulatória	2	36	30	---
<b>NCF</b>	FLO EXP	Fluidos e Ondulatória Experimental	2	36	30	---
<b>NCF</b>	ELETRO 1	Eletromagnetismo 1	3	54	45	C1
<b>NCF</b>	ELETRO 1 EXP	Eletromagnetismo 1 Experimental	2	36	30	C1
<b>NCF</b>	C3	Cálculo Diferencial e Integral III	4	72	60	C2
<b>NE</b>	POA	Planejamento e Organização da Ação Pedagógica	3,3	60	50	---
<b>NE</b>	TA1	Tópicos de Astronomia 1	3	54	45	---
<b>NE</b>	LIB	Libras	2,2	40,2	33,5	---
<b>NE</b>	PEM	Práticas de Ensino de Mecânica	2	96	80	---
<b>TOTAL</b>			<b>23,5</b>	<b>484,2</b>	<b>403,5</b>	

<b>4º Semestre</b>						
<b>Módulo</b>	<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>CH Semanal (ha)</b>	<b>CH Semestral (ha)</b>	<b>CH Semestral (h)</b>	<b>Pré-requisitos</b>
<b>NCF</b>	EDO	Equações Diferenciais Ordinárias	3	54	45	C1

<b>NCF</b>	ELETRO 2	Eletromagnetismo 2	3	54	45	ELETRO 1
<b>NCF</b>	ELETRO 2 EXP	Eletromagnetismo 2 Experimental	2	36	30	ELETRO 1 EXP
<b>NCF</b>	OPT	Óptica	3	54	45	---
<b>NCF</b>	OPT EXP	Óptica Experimental	2	36	30	---
<b>OLF</b>	TA2	Tópicos de Astronomia 2	2	36	30	---
<b>OLF</b>	EFC	Ensino de Física Conceitual	3	54	45	---
<b>NE</b>	PEFT	Práticas de Ensino de Física Térmica	2	72	60	---
<b>NE</b>	PED	Psicologia da Educação	3	60	50	---
<b>TOTAL</b>			<b>23</b>	<b>456</b>	<b>380</b>	

5º Semestre						
Módulo	Código	Componente Curricular	CH Semanal (ha)	CH Semestral (ha)	CH Semestral (h)	Pré- requisitos
<b>NCF</b>	MMF	Métodos Matemáticos da Física	4	72	60	C2 e EDO
<b>NCF</b>	MCLA 1	Mecânica Clássica 1	6	108	90	EDO, MEC 1 e 2
<b>NCF</b>	APC	Algoritmos e Programação de Computadores	4	72	60	---
<b>NCF</b>	IFM	Introdução à Física Moderna	4	72	60	C1 e MEC 2
<b>NE</b>	PEFO	Práticas de Ensino de Fluidos e Ondulatória	2	108	90	---
<b>NE</b>	OEB	Organização da Educação Brasileira	3,3	60	50	---
<b>TOTAL</b>			<b>23,3</b>	<b>492</b>	<b>410</b>	

6º Semestre						
Módulo	Código	Componente Curricular	CH Semanal (ha)	CH Semestral (ha)	CH Semestral (h)	Pré- requisitos
<b>NCF</b>	TERMO	Termodinâmica	6	108	90	C2 e FTER
<b>NCF</b>	FMEX	Física Moderna Experimental	2	36	30	OPT EXP
<b>NE</b>	PEE	Práticas de Ensino de Eletromagnetismo	2	120	100	---
<b>NE</b>	CS	Cultura e Sociedade	2	40	33,5	---
<b>NE</b>	NTE	Novas tecnologias da Educação	2,2	40,2	33,5	---
<b>NE</b>	EHF	Ensino de História da Física	3	54	45	---
<b>ES</b>	ES 1	Estágio Supervisionado 1	2	168	140	---
<b>TOTAL</b>			<b>19,2</b>	<b>566,2</b>	<b>472</b>	

7º Semestre						
Módulo	Código	Componente Curricular	CH Semanal (ha)	CH Semestral (ha)	CH Semestral (h)	Pré-requisitos
OLF	TRE	Tópicos de Relatividade Especial	4	72	60	AL e IFM
NCF	TE 1	Teoria Eletromagnética 1	6	108	90	C3 e ELETRO 2
NE	PEFM	Práticas de Ensino de Física Moderna	2	84	70	---
NE	MC	Metodologia Científica	2	40	33,5	---
NE	PCC	Projeto Conclusão de Curso	4	72	60	---
ES	ES 2	Estágio Supervisionado 2	2	168	140	ES 1
<b>TOTAL</b>			<b>20</b>	<b>544</b>	<b>453,5</b>	

8º Semestre						
Módulo	Código	Componente Curricular	CH Semanal (ha)	CH Semestral (ha)	CH Semestral (h)	Pré-requisitos
NCF	FQUA	Física Quântica	6	108	90	MMF e IFM
NCF	QUI	Química Aplicada	4	72	60	---
NE	ED	Educação para a Diversidade	2,2	40,2	33,5	---
NE	TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	6	108	90	PCC
ES	ES 3	Estágio Supervisionado 3	2	144	120	ES 2
<b>TOTAL</b>			<b>20,2</b>	<b>472,2</b>	<b>393,5</b>	

QUADRO RESUMO 1	CH Semanal Total (ha)	CH Semestral (ha)	CH Semestral (h)
1º Semestre	15	276	230
2º Semestre	20	366	305
3º Semestre	23,5	484,2	403,5
4º Semestre	23	456	380
5º Semestre	23,3	492	410
6º Semestre	19,2	566,2	472
7º Semestre	20	544	453,5
8º Semestre	20,2	472,2	393,5
<b>TOTAL</b>	<b>164,2</b>	<b>3656,6</b>	<b>3047,5</b>
Atividade Complementar	---	240	200
<b>TOTAL + AC</b>	<b>164,2</b>	<b>3896,6</b>	<b>3247,5</b>

#### **9.4 Sistema Acadêmico, Duração e Número de Vagas – Dimensão das turmas teóricas e práticas.**

**Sistema Acadêmico:** Componentes Curriculares

**Limite mínimo de permanência:** 8 semestres

**Limite máximo de permanência:** 16 semestres

**Número de Vagas:** 40 anuais

**Turno:** Diurno

#### **9.5 Ementário**

As ementas de todos os Componentes Curriculares Obrigatórios e Optativos do Curso de Licenciatura em Física do Campus Taguatinga seguem nos Anexos I e II.

#### **9.6 Prática Profissional**

##### **9.6.1 Trabalho de Conclusão de Curso**

O Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, é um componente que integra a estrutura do curso de Licenciatura em Física do IFB. O TCC deverá estar de acordo com a legislação vigente no IFB – *Campus* Taguatinga.

O TCC tem como objetivo colocar o aluno em contato com atividades de pesquisa em nível acadêmico, bem como permitir a execução de projetos que complementem aos diversos componentes curriculares oferecidos durante o Curso de Licenciatura em Física. O TCC será elaborado e desenvolvido sob orientação de docentes do colegiado do curso de física através dos componentes curriculares PCC, voltado para a elaboração do projeto, e TCC, voltado para a consolidação deste projeto em formato de Artigo Científico ou Monografia.

### **9.6.2 Estágio Curricular Supervisionado**

De acordo com o artigo 1º da lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação, neste caso, de educação superior. Ele visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O estágio possibilita ao aluno entrar em contato com problemas reais da sua comunidade, momento em que analisará as possibilidades de atuação em sua área de trabalho. Permite, assim, fazer uma leitura mais ampla e crítica de diferentes demandas sociais, com base em dados resultantes da experiência direta. Deve ser um espaço de desenvolvimento de habilidades técnicas, bem como de formação de profissionais conscientes de seu papel social. O estágio é o coroamento da competência prática do físico educador, momento em que o licenciando colocará seus conhecimentos a serviço da educação.

O estágio supervisionado em Física é componente curricular obrigatório desta Licenciatura em Física, e se organizará em três Componentes Curriculares intituladas Estágio Supervisionado em Física 1, 2 e 3 com Cargas horárias de, respectivamente, 140, 140 e 120 horas. As características desses componentes são:

**Estágio Supervisionado em Física 1** – Observação, investigação, regência supervisionada, reflexão e problematização da prática relacionada à gestão de sala de aula. Caracteriza-se como matéria de planejamento das ações do processo ensino e aprendizagem que serão executadas nas próximas etapas. O aluno deverá apresentar um relatório das atividades/observações realizadas, bem como das reflexões e encaminhamentos de propostas de atuação. O professor orientador de Estágio Supervisionado em Física 1 deverá organizar encontros semanais, nos quais se discutirá e orientará a prática vivenciada pelos alunos.

**Estágio Supervisionado em Física 2** – Fase de execução: prática de sala de aula. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento.

É a fase de construção do planejamento a partir de propostas de ações para a prática a qual será vivenciada na unidade escolar em questão. O professor orientador de Estágio Supervisionado em Física 2 assumirá papel preponderante nesta fase, funcionando como observador e corregedor do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos “acima citados” e encontros mensais. O aluno deverá apresentar um relatório das atividades/observações realizadas junto com as reflexões e encaminhamentos de propostas de ação.

**Estágio Supervisionado em Física 3** - Fase final de execução e avaliação da prática de sala de aula. São propostas ações para a prática e aprofundamento do processo de construção do conhecimento. Constitui-se o momento que culminará com o término do estágio e o consequente fechamento do curso, possibilitando assim ao aluno ingressar terminantemente na profissão de educador.

Reitera-se a importância do professor funcionar como orientador e facilitador do processo de formação do estudante, mediante acompanhamento e avaliação dos trabalhos *in loco* e encontros de avaliação mensais, nos quais, além de se discutir a prática vivenciada pelos alunos, também será orientado a elaboração do Relatório Final, que inclui os relatórios dos Estágios Supervisionados I, II e III. O regulamento dos Estágios Supervisionados I, II e III seguirá a legislação vigente do IFB e do convênio firmado junto à Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal (SEDF)<sup>32</sup>.

### 9.6.3 Atividades Complementares

As 200 horas de atividades complementares compreendem atividades teórico-práticas de livre escolha do estudante, de aprofundamento em áreas específicas de seus interesses, tais como monitoria, extensão, iniciação científica, iniciação à docência, dentre outros, conforme resoluções CNE/CP 02/2015 e 027-2016/CS-IFB.

As atividades complementares que serão atribuídas ao discente do Curso de Licenciatura em Física, têm por objetivo permitir o contato do estudante com atividades e

---

<sup>32</sup> Há atualmente o convênio nº 38/2014 firmado junto à SEDF para que os alunos de licenciatura do IFB realizem estágio em docência nos colégios da SEDF.

situações relacionadas à profissão de educador. Pretende-se que as atividades complementares auxiliem principalmente no desenvolvimento do perfil do educador, cujas atividades são:

- Visitas Técnicas para conhecimento de laboratórios, estabelecimentos de ensino, museus, bibliotecas, cidades históricas, reservas florestais, empresas, entre outros, relacionados à área de atuação do profissional da educação.
- Participação em feiras, encontros, congressos, simpósios, ciclos de seminários, apresentações de produtos e serviços de empresas e outros eventos científico-culturais, que permitam ao estudante desenvolver o hábito de permanecer atualizado com relação a seus conhecimentos e habilidades. Quando não organizadas pelo IFB, também serão consideradas atividades complementares, desde que comprovadas e aprovadas pelo Coordenador do Curso.
- Contato com área de atuação, através de realização de estágio não-curricular em escolas. O aluno que já trabalha na área deve apresentar ao Coordenador do Curso uma declaração, em papel timbrado da instituição, carimbada e assinada pelo responsável, especificando as atividades e a carga horária do trabalho.
- Trabalho voluntário no auxílio, acompanhamento, organização e execução das atividades complementares durante todo o período letivo.
- Participação em cursos e atividades acadêmicas considerados complementares ao Curso de Licenciatura em Física.
- Exercício de monitoria em componentes curriculares de cursos técnicos ou superiores, no IFB. Os critérios de atribuição e aproveitamento de carga horária relacionados às atividades complementares serão fixados em regulamento específico e aprovados pelo Colegiado do Curso.

Além dessas, temos também atividades mais específicas como, projetos de pesquisa, iniciação científica e atividades de extensão. Segue abaixo as descrições detalhadas dessas atividades.

#### **9.6.3.1 Projeto de Pesquisa e Iniciação Científica**

Devido ao atual cenário de expansão e a importância estratégica de se ampliar nos Institutos Tecnológicos e nas Universidades o acesso docente e discente às atividades de pesquisa e de contribuir para a criação e o fortalecimento de redes de pesquisa nacionais e

internacionais, se faz necessário a implantação de um Programa Científico no IFB *Campus* Taguatinga. O Programa de Projeto de Pesquisa e de Iniciação Científica tem por objetivo:

- I. Despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de pesquisa, preparando-os para o ingresso na pós-graduação.
- II. Contribuir para a formação profissional de alunos de graduação no campo da pesquisa, reduzindo o tempo médio de titulação no âmbito da pós-graduação.
- III. Implementar política de pesquisa e formação de perfil de pesquisador no curso de Licenciatura em Física do IFB.

A proposição do projeto parte de uma análise de um problema levantado pelo aluno ou professor/orientador. O desenvolvimento do projeto requer um estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de descobrir fatos novos ou princípios relacionados a um campo de conhecimento. Tais fatos e princípios serão selecionados, analisados e reelaborados de acordo com seu nível de entendimento, baseando-se nos seguintes tópicos:

- I. Tema específico - Deve-se levar em conta a atualidade e relevância do tema, o conhecimento do pesquisador a respeito, sua preferência e aptidão pessoal para lidar com o assunto escolhido, apresentado na proposta de projeto.
- II. Revisão de literatura - Deve ser feito um levantamento da literatura já publicada sobre o assunto na área de interesse da pesquisa, a qual servirá de referencial para a elaboração do trabalho proposto.
- III. Justificativa - Aprofundamento da justificativa apresentada no pré-projeto, apresentando argumentos sólidos que mostrem a relevância do tema escolhido.
- IV. Determinação dos objetivos - Apresentar os objetivos gerais e específicos definidos na proposta de projeto, sem perder os argumentos defendidos a partir do tema inicial. Os objetivos devem estar em consonância com a justificativa apresentada.
- V. Metodologia - O aluno deve descrever o modo como o trabalho será desenvolvido. A essa altura, já foram apresentadas ao aluno as diferentes possibilidades de métodos de pesquisa. Deverão ser seguidos os procedimentos metodológicos definidos no projeto, permitindo-se a sua flexibilidade de acordo com as regras da instituição ou de normas externas.

VI. Redação do trabalho científico - O pesquisador passa à elaboração do texto, que vai da análise à síntese, passando por reflexão e aplicação dos referenciais estudados e os dados pesquisados. Cria-se um texto com embasamento teórico resultante de leituras preliminares, expondo fatos, emitindo parecer pessoal, relacionando conceitos e ideias de diversos autores, de forma esquematizada e estruturada.

#### **9.6.3.2 Extensão**

As ações de extensão se desenvolverão em processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa. É por meio da ação extensionista envolvendo professores, estudantes e técnicos, que o Curso de Licenciatura em Física irá interagir com a sociedade, em um exercício de contribuição mútua. São projetos e programas contínuos e especiais, cursos e eventos.

Entende-se como Extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre o Instituto Federal de Brasília e outros setores da sociedade, orientado pelo princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

#### **9.6.3.3 Definição de Carga Horária**

A descrição da quantidade de horas específicas que serão atribuídas às atividades complementares apresentadas pelos estudantes seguirá a legislação vigente definida pelo colegiado do curso.

### **10. Avaliação da Aprendizagem**

A avaliação da aprendizagem tem como objetivo o acompanhamento e a verificação da construção das competências desenvolvidas ao longo do curso. Deve ser assegurado o cumprimento da carga horária dos componentes curriculares e dos planos de ensino,

envolvendo os alunos nas atividades propostas, sejam elas individuais ou em grupo, incluindo pelo menos uma das seguintes estratégias metodológicas:

- Aulas.
- Palestras.
- Seminários.
- Exercícios e práticas em laboratórios.
- Participação em eventos relacionados à área.
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa.
- Práticas didáticas na forma de monitorias.
- Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes.
- Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais, nacionais ou internacionais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos na área.
- Aulas práticas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, através dos trabalhos de conclusão de curso.

O sistema de avaliação do Curso de Licenciatura em Física obedecerá às normas estabelecidas na Resolução 028/2012/CS-IFB, que regulamenta os Procedimentos Administrativos e a Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Graduação do Instituto Federal de Brasília, no que tange às normas gerais para avaliação e acrescenta a esse documento, especificidades dos objetivos pedagógicos deste PPC.

Conforme a Resolução 028/2012/CS-IFB, estará aprovado no componente curricular, independentemente do Exame Final, o aluno com média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

A reprovação do aluno, em componente curricular, ocorre:

- I. Por falta (RF= Reprovado por Falta), quando não cumpre 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas dadas.
- II. Por nota (RN = Reprovado por Nota), quando obtém média inferior a 6,0 (seis).
- III. Por falta e por nota (RFN= Reprovado por Falta e por Nota), se estiver, simultaneamente, nas duas condições anteriores.

Este PPC estabelece que, de acordo com a ODP 027/2016, a aferição do rendimento acadêmico por conteúdo será feita de forma diversificada avaliando, prioritariamente, as seguintes áreas de competência:

- a) Desempenho em processos de ensino-aprendizagem;
- b) Desempenho crítico-reflexivo teórico;
- c) Desempenho crítico-reflexivo prático;

O aluno reprovado em qualquer componente curricular deverá se matricular, obrigatoriamente, no mesmo componente curricular assim que a mesma for ofertada novamente. O Colegiado de Curso poderá deliberar sobre a matrícula do aluno com necessidades específicas nos componentes curriculares que exijam aquele componente como pré-requisito, respeitada a legislação vigente no IFB.

No Curso de Licenciatura em Física a avaliação é considerada um processo dialético, percebida como uma condição que torna mais dinâmica a ação do curso pela qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar o desenvolvimento do aluno, do professor e do curso, verificando se a construção do conhecimento ocorreu de forma teórica e prática.

Na formação de professores, a avaliação adquire uma importância redobrada, pois sua função não se restringe a um instrumento burocrático destinado a mensurar quantitativamente a apreensão de conteúdos ou a aquisição de habilidades. A avaliação insere-se no próprio processo de aprendizagem. Assim, os instrumentos aplicados devem ser capazes de verificar não apenas o domínio dos conhecimentos teóricos do aluno, mas também sua capacidade de articular de forma dinâmica os ensinamentos aprendidos ao longo de seu período escolar, as habilidades intrínsecas à atividade docente, bem como sua ética profissional. Além disso, a avaliação é um importante momento de reflexão do aluno sobre a prática docente e possui também a finalidade de auxiliar a reflexão do aluno com relação à sua prática profissional. A fim de dar conta de uma ampla gama de aspectos, a avaliação deve seguir os seguintes princípios norteadores:

- Deve ter prioritariamente a função diagnóstica, que visa determinar a presença ou a ausência de conhecimento e habilidades, providências para estabelecimentos de novos objetivos, retomada de objetivos não atingidos, elaboração de diferentes estratégias de reforço, sondagem e projeção de situações de desenvolvimento do aluno, fornecendo elementos para que ele possa verificar o que aprendeu e como aprendeu.
- Deve ser processual, sendo capaz de verificar o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Assim, não pode haver lacunas avaliativas, e toda a ação e manifestação do estudante deve fazer parte dos critérios a subsidiar uma avaliação continuada.
- Deve ser abrangente - o professor formador deve levar em conta os mais diversos aspectos que compõem a formação do professor e explicitá-los em seus instrumentos de avaliação.
- Deve ser dinâmica, ou seja, o aluno não pode ser visto fora de seu contexto de vida, seja ele social e particular ou intelectual.

Conforme concepção deste curso, o processo avaliativo servirá de instrumento de apoio para que o próprio estudante melhore seu desempenho. Desta forma, os resultados devem retornar sempre ao aluno, não se reduzindo meramente a notas, mas especialmente em forma de pareceres e sugestões para melhorar o desempenho acadêmico. O que se pretende não é só a quantidade de conhecimento, mas a capacidade de acioná-los a buscar outros conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento profissional. Por conceber a avaliação como processo, exige-se instrumentos diversificados e específicos para avaliar a construção das competências profissionais propostas. O uso de debates, seminários, solução de problemas, relatórios, trabalho em equipe, visitas técnicas, prática profissional, testes escritos, observação e outros. É necessária também a utilização de instrumentos de auto-avaliação. Esta conduzirá a uma auto-educação e possibilitará ao aluno julgar e comparar seu desempenho com os objetivos propostos. Será, portanto, um momento de reflexão sobre como conduzir e reconduzir de forma eficiente a sua aprendizagem.

## 11. Instalações e Equipamentos

### 11.1 Laboratórios

Seguindo as diretrizes gerais e específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE), o IFB *Campus* Taguatinga dispõe dos seguintes laboratórios didáticos de Física:

**(a) Laboratório de Mecânica** – Abrange os conceitos de Metrologia, Movimento dos Corpos, Colisões, Leis de Newton, Movimento Circular, Lei de Hooke, Momento Linear, Movimentos Harmônicos, Momento de Inércia, Momento Angular, Oscilações, etc.

**(b) Laboratório de Fluidos, Ondas e Termologia** – Abrange os conceitos de Pressão Hidrostática, Força de Empuxo, Escoamento de Fluidos, Viscosidade, Ondas Mecânicas em Cordas, Ondas Mecânicas Bidimensionais, Ondas Sonoras, Expansão Térmica, Lei dos Gases, Calor Específico dos Sólidos, Transmissão de Calor, etc.

**(c) Laboratório de Eletromagnetismo, Óptica e Física Moderna** – Abrange os conceitos de Eletrização, Força Elétrica, Campo Elétrico, Potencial Elétrico, Circuitos Elétricos, Medidores Elétricos, Resistência Interna, Leis de Kirchhoff, Leis de Ohm, Campo Magnético, Força de Lorentz, Lei de Gauss, Lei de Ampère, Lei de Faraday, Corrente Alternada, Propagação da Luz, Espelhos e Lentes, Polarização da Luz, Espectro Eletromagnético, Difração por fendas, Velocidade da Luz, Micro-ondas, Efeito Compton, Efeito Fotoelétrico, Fenômenos de Interferência da Luz, Radiação de Corpo Negro, Raios-X, Decaimento Radioativo, Espectros da radiação invisível, Efeito Hall, Ressonância Magnética, Ressonância de Spin, Efeito Zeeman, etc.

**(d) Laboratório de Ambientação e Práticas de Ensino** – Abrange os conceitos de Práticas de Ensino de Física para alunos do Ensino Médio, como, observações astronômicas, desenvolvimento de experimentos, construção de equipamentos demonstrativos, etc.

Os Laboratórios didáticos listados acima já estão implantados no *Campus* Taguatinga. Em relação ao espaço físico, o *Campus* Taguatinga dispõe de 4 ambientes diferentes, com

duas salas de apoio. Os laboratórios descritos pelos itens de **(a)** a **(c)**, são os laboratórios convencionais de Física, organizados em bancadas com computadores, onde se realizam experimentos relacionados à Física Clássica e Moderna, abrangendo os experimentos mais importantes da História da Física e fazendo a inter-relação com os conceitos teóricos vistos no decorrer do curso. O laboratório descrito pelo item **(d)** é voltado para a ilustração de conceitos a estudantes do nível básico e para o desenvolvimento de projetos de ensino de Física. Trata-se de um laboratório ambientado com experimentos demonstrativos em um circuito passível de ser visitado por grupos de estudantes e orientados por um expositor/monitor (professor ou aluno do curso) para demonstrar e explicar os mais importantes princípios da Física.

Segue no anexo III, a descrição dos kits didáticos (experimentos) adquiridos pelo *Campus* Taguatinga, os quais já se encontram em uso, bem como os itens que se encontram em processo de licitação. Segue também planta com a descrição dos espaços onde os laboratórios foram instalados.

## **11.2 Biblioteca**

O *Campus* Taguatinga dispõe de uma biblioteca em funcionamento e conta com vasto acervo bibliográfico necessário ao funcionamento do Curso de Licenciatura em Física, bem como de computadores com acesso a internet e assinatura de diversos jornais e revistas de grande circulação no país.

A bibliografia específica para o funcionamento do curso de Física, bem como a planilha com as descrições dos livros previstos para chegar em 2017, segue no anexo III.

## **12. Pessoal Docente e Técnico Administrativo**

### **12.1 Coordenação do Curso**

Como instância executiva das ações da Licenciatura em Física, haverá uma Coordenação de Curso composta por um Coordenador.

### 12.1.1 Atribuições do Coordenador de Curso

O Coordenador de Curso terá as seguintes atribuições, além das previstas no Regimento Geral do IFB, conforme resolução n.º 06-2015/CS - IFB:

- I. Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas do curso, em conjunto com a Coordenação Pedagógica.
- II. Contribuir com as atividades de elaboração e/ou reformulação do Projeto Político-Pedagógico do *Campus*.
- III. Coordenar as atividades de elaboração e/ou reformulação do Projeto Pedagógico do Curso.
- IV. Orientar os docentes na elaboração dos planos de ensino, nas adaptações curriculares, nas atividades didático-pedagógicas, na definição de métodos e técnicas de ensino, nos procedimentos de avaliação e no material institucional para apoio ao desenvolvimento da ação educativa.
- V. Acompanhar e controlar a execução do Plano Individual de Trabalho de cada docente, encaminhando relatório semestral à Coordenação-Geral de Ensino do *Campus*.
- VI. Auxiliar a Coordenação-Geral de Ensino a:
  - a) formatar o quadro de horário das aulas;
  - b) distribuir as salas de aula e solicitar infraestrutura necessária;
  - c) organizar o funcionamento e o quadro de utilização dos espaços do curso;
  - d) responsabilizar-se pelo patrimônio de salas e laboratórios à disposição do curso;
  - e) planejar o cronograma de avaliações;
  - f) alimentar o Sistema Integrado de Gerenciamento Acadêmico (SIGA-EDU) dentro do perfil “Coordenador”.
- VII. Participar, juntamente com os docentes, dos cursos de capacitação promovidos pelo IFB.
- VIII. Propor, coordenar, colaborar, estimular e acompanhar os eventos internos e externos relacionados à área de ensino.
- IX. Planejar e conduzir o processo de certificação e reconhecimento de experiências adquiridas anteriormente pelos alunos, em conjunto com a Coordenação-Geral de Ensino.

- X. Elaborar relatórios semestrais de atividades desenvolvidas no curso e apresentar ao Colegiado do Curso.
- XI. Participar da elaboração do calendário acadêmico.
- XII. Sugerir ações educacionais coerentes com as necessidades da comunidade local e do mundo do trabalho.
- XIII. Promover ações, projetos e programas de integração entre cursos do Instituto Federal de Brasília.
- XIV. Propor acordos, parcerias, convênios e/ ou contratos de cooperação técnica entre o curso e outras entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, encaminhando proposta à Coordenação-Geral de Pesquisa e Extensão.
- XV. Emitir memorandos internos para comunicações da coordenação.
- XVI. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso.
- XVII. Acompanhar a legislação reguladora do Curso e dar publicidade a fim de que a comunidade mantenha-se atualizada, conforme o caso.
- XVIII. Responder ao Registro Acadêmico sobre dispensa ou equivalência dos componentes curriculares, ouvindo, quando for o caso, o colegiado.
- XIX. Manter em arquivo todas as informações de interesse do curso, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais.
- XX. Efetuar outras tarefas correlatas solicitadas pela chefia imediata.

## **12.2 Colegiado do Curso**

O Colegiado de Curso é o responsável pelo planejamento, supervisão, acompanhamento e implementação do Projeto Pedagógico de Curso da Licenciatura em Física do IFB *Campus* Taguatinga, levando em consideração a política educacional vigente para a Educação Superior e Profissional.

O Colegiado de Curso terá como atribuições, além das previstas no Regimento Geral do IFB:

- I. Administrar, coordenar e recomendar sobre atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do curso.
- II. Seguir as atualizações do currículo, realizadas pelo NDE (Núcleo Docente Estruturante).
- III. Colaborar com o processo ensino-aprendizagem promovendo a integração docente/discente, com vistas à formação profissional adequada.

- IV. Promover a integração dos Componentes Curriculares do curso.
- V. Propor modificações no Projeto Pedagógico e no Plano de Curso, observando-se que para modificações no Projeto Pedagógico dos Cursos Superiores é necessária a análise do NDE.
- VI. Apreciar os pedidos de transferências, analisar equivalência entre matrizes curriculares e emitir parecer no prazo estabelecido para julgamento visando à possibilidade e à forma de adaptação do aluno transferido, matrículas em novo curso, complementação de estudos, dependências nos componentes ou módulos e autorização para matrícula em componentes extracurriculares, atendidas as normas em vigor, observando-se que, caso seja necessária a aplicação de exames ou certificação de competências para dispensa de componente curricular ou módulo, o colegiado indicará a comissão responsável.
- VII. Promover e acompanhar o processo de adaptação curricular de alunos com necessidades específicas, conduzido pelos professores.
- VIII. Apreciar e aprovar o relatório semestral do Coordenador do Curso sobre as atividades desenvolvidas.

### **12.3 Perfil Docente do Curso de Licenciatura em Física**

Este Colegiado possui as funções de gestão do curso, de gerenciar as relações entre docentes e discentes e de representar o Curso de Física em colegiados superiores. O funcionamento deste colegiado de curso de Física ocorrerá de acordo com as normas vigentes do IFB.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Física é composto pela coordenação pedagógica e representantes discentes. Segue abaixo uma descrição atual do quadro de docentes disponíveis para atuar nos componentes curriculares do fluxograma do curso:

**TABELA DE DOCENTES ATUANTES NO CURSO**

<b>DOCENTE</b>	<b>CH</b>	<b>TITULAÇÃO</b>	<b>Vínculo Empregatício - (E) Efetivo ou (CLT)</b>	<b>Formação</b>	<b>Componentes obrigatórias em que atua</b>
Cristiano Pereira da Silva	DE	Mestrado	E	Física/Matemática	Álgebra Linear, Cálculo Diferencial e Integral I, II e III; Equações Diferenciais Ordinárias e Métodos Matemáticos da Física, Técnicas de Integração e Metodologia Científica
Dhiego Loiola de Araújo	DE	Mestrado	E	Matemática	Álgebra Linear, Cálculo Diferencial e Integral I, II e III; Equações Diferenciais Ordinárias e Métodos Matemáticos da Física, Técnicas de Integração e Metodologia Científica
Eduardo Ulisses	DE	Doutorado	E	Química	Química Aplicada e Metodologia Científica
Elaine Barbosa Caldeira	DE	Mestrado	E	Letras Português/ Educação	Leitura e Produção de Texto, Metodologia Científica
Eryc de Oliveira Leão	DE	Mestrado	E	Física	Todo o NCF, Todas as Práticas de Ensino e Estágios Supervisionados, Ensino de História da Física, Ensino de Física Conceitual, Tópicos de Astronomia 1 e 2, Tópicos de Relatividade Especial, Projeto de Conclusão de Curso, Trabalho de Conclusão de Curso e Metodologia Científica
Fabiano Cavalcanti Fernandes	DE	Doutorado	E	Ciência da Computação	Algoritmos e Programação de Computadores e Metodologia Científica
Fernanda Martins	DE	Especialização	E	Educação	Educação para a Diversidade, Fundamentos da Educação, Novas tecnologias da Educação, Planejamento e Organização da Ação Pedagógica, Psicologia da Educação e Metodologia Científica
Fernando Augusto	DE	Mestrado	E	Letras Inglês	Inglês Técnico e Metodologia Científica

Torres de Faria					
Fernando Barbosa dos Santos	40h	Mestrado	E	Sociologia/Educação	Cultura e Sociedade, Fundamentos da Educação, Psicologia da Educação e Metodologia Científica
Frederico Jordão Montijo da Silva	40h	Mestrado	E	Física	Todo o NCF, Todas as Práticas de Ensino e Estágios Supervisionados, Ensino de História da Física, Ensino de Física Conceitual, Tópicos de Astronomia 1 e 2, Tópicos de Relatividade Especial e Projeto de Conclusão de Curso e 2 e Metodologia Científica
Frederico Nogueira Leite	DE	Mestrado	E	Ciência da Computação	Algoritmos e Programação de Computadores e Metodologia Científica
Girlane Maria Ferreira Florindo	DE	Mestrado	E	Letras Portugêses	Leitura e Produção de Texto, Educação para a Diversidade e Metodologia Científica
Jonathan Fernando Teixeira	DE	Doutorado	E	Física	Todo o NCF, Todas as Práticas de Ensino e Estágios Supervisionados, Ensino de História da Física, Ensino de Física Conceitual, Tópicos de Astronomia 1 e 2, Tópicos de Relatividade Especial, Projeto de Conclusão de Curso, Trabalho de Conclusão de Curso e Metodologia Científica
José Gonçalo dos Santos	20 h	Doutorado	E	Ciência da Computação	Algoritmos e Programação de Computadores e Metodologia Científica
José Oliver Faustino Barreira	DE	Mestrado	E	História	Cultura e Sociedade e Metodologia Científica
Leandro Alves Torres	DE	Especialização	E	Letras Libras	LIBRAS e Metodologia Científica
Márcio Augusto de Deus	20 h	Mestrado	E	Ciência da Computação	Algoritmos e Programação de Computadores e Metodologia Científica
Raimundo Claudio da Silva Vasconcelos	DE	Mestrado	E	Ciência da Computação	Algoritmos e Programação de Computadores e Metodologia Científica

Rialdo Luiz Rezende	DE	Mestrado	E	Matemática	Álgebra Linear, Cálculo Diferencial e Integral I, II e III; Equações Diferenciais Ordinárias e Métodos Matemáticos da Física, Técnicas de Integração e Metodologia Científica
Roberto Duarte Fontes	DE	Mestrado	E	Ciência da Computação	Algoritmos e Programação de Computadores e Metodologia Científica
Robson Munhoz de Oliveira	DE	Doutorado	E	Geografia	Cultura e Sociedade e Metodologia Científica
Rodrigo Maia Dias Ledo	DE	Mestrado	E	Física	Todo o NCF, Todas as Práticas de Ensino e Estágios Supervisionados, Ensino de História da Física, Ensino de Física Conceitual, Tópicos de Astronomia 1 e 2, Tópicos de Relatividade Especial, Projeto de Conclusão de Curso, Trabalho de Conclusão de Curso e Metodologia Científica
Tiago de Jesus e Castro	DE	Mestrado	E	Física	Todo o NCF, Todas as Práticas de Ensino e Estágios Supervisionados, Ensino de História da Física, Ensino de Física Conceitual, Tópicos de Astronomia 1 e 2, Tópicos de Relatividade Especial, Projeto de Conclusão de Curso, Trabalho de Conclusão de Curso e Metodologia Científica
Veruska Machado	DE	Doutorado	E	Letras Português /Educação	Educação para a Diversidade, Fundamentos da Educação, Novas tecnologias da Educação, Planejamento e Organização da Ação Pedagógica, Psicologia da Educação e Metodologia Científica

#### 12.4 Núcleo Docente Estruturante

A resolução n.º 006-2015/CS – IFB dispõe sobre a constituição do Núcleo Docente Estruturante – NDE. O NDE é o conjunto de professores, de elevada formação e titulação, que

respondem diretamente pela criação, implantação e consolidação do projeto pedagógico do curso.

Conforme a Resolução CONAES/INEP 01, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de professores atuante no processo de concepção, acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso.
- II. Propor e recomendar sobre as modificações no Projeto Pedagógico e no Programa dos Componentes Curriculares do Curso, com base nos objetivos, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades regionais da área e do mundo do trabalho.
- III. Avaliar o processo ensino-aprendizagem e os resultados obtidos, propondo as alterações que se fizerem necessárias ao curso.
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar e contextualizada entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.
- V. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão que promovam a formação profissional em consonância com o mundo do trabalho e estejam afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Os membros eleitos do NDE para o Curso de Licenciatura em Física são os seguintes<sup>33</sup>:

<b>Docente</b>	<b>Titulação</b>	<b>Formação</b>	<b>Carga horária</b>
Prof. Dr. Jonathan Fernando Teixeira	Doutorado	Física	DE
Prof. Me. Tiago de Jesus e Castro	Mestrado	Física	DE
Prof. Me. Frederico Jordão de Montijo da Silva	Mestrado	Física	DE
Prof. Dr. Eduardo Ulisses Xavier Peres	Doutorado	Química	DE
Prof. Dr. Leonardo Moreira Leódido	Doutorado	Engenharia Mecânica	DE

<sup>33</sup> Cf. Portaria Nº 1395 de 07 de junho de 2016 do então Diretor Geral do *Campus* Taguatinga, Leonardo Moreira Leodido publicada no BS/IFB de 07 de junho de 2016.

## 12.5 Pessoal Técnico

<b>Servidor</b>	<b>Cargo</b>	<b>Carga Horária</b>
Leandro Alves Faria	Coordenador de Registro Acadêmico	40h
Denise dos Santos Batista	Técnica em Assuntos Educacionais	40h
Marcelo Jose Rodrigues da Conceição	Bibliotecário	40h
Aryane Tada	Bibliotecária	40h
Cleiton Souza da Rocha	Técnico em Informática	40h
Filipe de França Oliveira	Técnico em Informática	40h

## 13. Diploma

Fará jus ao diploma de Licenciado em Física, na forma da legislação do IFB, o estudante que cumprir com aprovação o número mínimo de Componentes Curriculares e cargas-horárias obrigatórias e optativas definidas e explicadas neste Projeto Pedagógico – item referente à Organização Curricular – integrantes do currículo mínimo, sendo respeitadas as regras referentes às atividades complementares e aos estágios supervisionados definidas neste Projeto, definidas do subitem Prática Profissional do item Organização Curricular. Caso o discente tenha sido convocado para realizar o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), ele deverá obrigatoriamente fazer a prova, com pena do não recebimento do diploma.

## 14. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

### 14.1 Avaliação do Curso

O curso de Licenciatura em Física será avaliado em todo percurso de sua execução, obedecidas as Diretrizes Nacionais para a avaliação de cursos de nível superior, as Diretrizes

Curriculares dos cursos de Licenciatura e a proposta de avaliação Institucional do IFB. A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Esta avaliação, de acordo com as determinações legais vigentes, será realizada em dois níveis: o Interno e o Externo, através da CPAV – Comissão Própria de Avaliação, observando as dimensões propostas pelo SINAES.

**Avaliação externa:** Essa avaliação considerará o desempenho do curso em relação ao mercado de trabalho, ao grau de satisfação do egresso e aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (resultados do ENADE e da Avaliação das Condições de Ensino). A avaliação externa abrangerá, ainda:

- Pesquisa junto sociedade civil organizada, com os quais o curso desenvolve suas atividades, para verificar a adequação dessas atividades e o grau de satisfação dos mesmos.
- Pesquisa junto às empresas parceiras, que absorverão os egressos do curso, para verificar o grau de satisfação da comunidade externa em relação ao desempenho dos mesmos.
- Pesquisa junto aos egressos, para verificar o grau de satisfação dos ex-alunos em relação às condições que o curso lhes ofereceu e vem lhes oferecer (formação continuada).

**Avaliação interna:** essa avaliação considera, basicamente, três conjuntos de elementos:

- condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectiva utilizada na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de Iniciação Científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral;
- processos: interdisciplinaridade; formação interdisciplinar; institucionalização; qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de Graduação e Tecnológicos (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, orientação/supervisão); avaliação da aprendizagem (critérios

claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação IES/sociedade;

- resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades-tarefa típicas da profissão, aperfeiçoar-se continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em pós-graduação/cursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma instituição).

Será realizada uma coleta de dados junto aos servidores e discentes envolvidos no curso, ao término de cada semestre, para obter informações relativas aos elementos acima citados. Esta coleta será orientada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Alguns exemplos de itens a serem avaliados são:

- desempenho do docente, em relação a clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, inter-relação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese soluções alternativas;
- desempenho didático-pedagógico, em relação ao cumprimento de objetivos, integração de conteúdos, aos procedimentos e materiais didáticos e bibliografia; e aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos;
- desempenho discente, expressado pela participação em aula e atividades, informação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral;
- desempenho técnico-administrativo, expressado pela avaliação individual dos funcionários; e desempenho gerencial da IES.

Para a realização destas atividades, será criada uma Comissão Própria de Avaliação de Curso (CPAC), que organizará a execução da avaliação através de ações como:

- reuniões de trabalho para elaboração do planejamento do processo de avaliação;
- reuniões para conhecimento das informações e dados apresentados pelo diagnóstico da situação do curso: pontos fortes e pontos fracos;

- aplicação dos Instrumentos de Avaliação que abordam dimensões específicas do curso;
- reuniões envolvendo o corpo docente, discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para avaliar o processo empregado no período letivo correspondente.

## **14.2 Avaliação Institucional**

### **14.2.1 Introdução**

A avaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do IFB, ocorrerá com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Nesse processo serão considerados o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a organização e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda que serão analisadas. O resultado da avaliação na Instituição balizará a determinação dos rumos institucionais de médio prazo. Esta avaliação retrata o compromisso institucional com o auto-conhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que o IFB oferece para a sociedade. Confirma também a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior. As orientações e instrumentos propostos nesta avaliação institucional apoiam-se na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996<sup>34</sup>, nas Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos oferecidos pelo IFB<sup>35</sup>, no Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006<sup>36</sup> e na Lei 10.861<sup>37</sup>, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Esta proposta inicia-se com um breve histórico da Instituição, em seguida, define os objetivos principais da avaliação; explicita os mecanismos de integração entre os diversos instrumentos de avaliação; apresenta os procedimentos metodológicos que serão utilizados com a definição das etapas do processo; aponta as tarefas distribuindo-as entre os setores responsáveis que participarão do trabalho; propõe uma política de utilização dos resultados da avaliação na definição dos rumos da instituição e encerra-se com a apresentação de um

---

<sup>34</sup> Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf)

<sup>35</sup> As Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física foram instituídas pelo Parecer CNE/CES 1.304/2001, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1304.pdf>

<sup>36</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm#art79)

<sup>37</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)

cronograma de trabalho que contempla as ações definidas e os recursos necessários para a execução destas.

### **14.2.2 Objetivos da Avaliação**

São objetivos da avaliação:

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no IFB.
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional.
- Planejar e redirecionar as ações do IFB a partir da avaliação institucional.
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.
- Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia.
- Consolidar o compromisso social do IFB.
- Consolidar o compromisso científico-cultural do IFB.

### **14.2.3 Mecanismos de Integração da Avaliação**

A proposta do SINAES prevê a articulação entre a avaliação do IFB (interna e externa), a avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE). As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades-fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades, caracterizadas pelo planejamento e gestão do IFB, abrangerão toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas, o que garantirá um melhor entendimento da realidade institucional. A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos ocorrerá pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

### **14.2.4 Procedimentos Metodológicos**

Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizadas pela Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES seria paradoxal estabelecer critérios e normas rígidas para a avaliação, cujo processo não se encerra em si mesmo. O processo de auto-avaliação deve contar com a participação de uma comissão designada para planejar, organizar, refletir e cuidar do interesse de toda a comunidade pelo processo; com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica; com o apoio da alta gestão do IFB e com a disponibilização de informações e dados confiáveis. Como um processo democrático, que se constrói ao longo do seu desenvolvimento, está sujeito a tantas variáveis quanto agentes envolvidos. Por esta razão, ficará para um segundo momento estabelecer os métodos e ações a serem adotados para identificação e saneamento das deficiências. Diversos instrumentos e métodos combinados serão utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do IFB.

A avaliação institucional proposta adotará uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada ano. Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados. A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta. As técnicas utilizadas poderão ser seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outras. Para problemas complexos poderão ser adotados métodos que preservem a identidade dos participantes.

## **15. Acompanhamento dos Egressos**

As políticas e as ações do IFB – *Campus* Taguatinga – vinculam-se à ideia da formação de "profissionais competentes em sintonia com as necessidades da sociedade e pela produção de conhecimento" sobretudo "comprometidos com valores éticos e com a construção de uma sociedade justa e democrática". Com esse intuito, o *Campus* Taguatinga desenvolverá um amplo processo de Avaliação Institucional, com o objetivo de fomentar a autocrítica institucional, garantir a qualidade das ações no âmbito da instituição e informar à sociedade a consonância dessas ações com as demandas científicas e sociais.

A autocrítica institucional pressupõe a análise retroativa daqueles que aqui trilharam sua formação acadêmica e que hoje, possivelmente, encontram-se atuando no mercado de trabalho. Para tanto, estabelecer a Política de Acompanhamento do Egresso é condição indispensável.

O acompanhamento do egresso compõe, junto a outros parâmetros, uma das ferramentas fundamentais na construção de indicadores, contribuindo para a discussão das ações implementadas, considerando sua eficácia e repercussão. Pretende-se que o acompanhamento dos concluintes possa destacar aspectos referentes aos cursos oferecidos pelo *Campus* Taguatinga, a partir das expectativas sociais e mercadológicas, contribuindo para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos.

Constituem objetivos da Política de Acompanhamento do Egresso:

- I. Identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho nos postos de trabalho quer no setor público, no privado ou no terceiro setor.
- II. Construir uma base de dados com informações que possibilitem manter com o egresso comunicação permanente e estreito vínculo institucional.
- III. Fomentar o relacionamento entre o *Campus* Taguatinga e seus egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais concernentes à implementação de cursos e programas no âmbito da educação superior.
- IV. Obter informações dos empregadores que, associadas às do egresso, direcionem a tomada de decisões institucionais ou do curso.
- V. Estimular e criar condições para a educação continuada.
- VI. Construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as diretrizes nacionais para os cursos superiores.
- VII. Avaliar o nível de satisfação dos egressos com a formação acadêmica adquirida.
- VIII. Levantar e analisar trajetórias profissionais.
- IX. Avaliar a qualidade do ensino e a adequação dos currículos à demanda do mercado.
- X. Acompanhar os alunos dos cursos de graduação do *Campus* Taguatinga que já estão em contato com o mercado de trabalho.
- XI. Saber da inserção, ou não, em programas de educação continuada (pós-graduação, cursos sequenciais e cursos de curta duração etc).

## Referências

### Legislações

BRASIL. **Lei nº 11.788** de 25 de Setembro de 2008. [Dispõe sobre o estágio de estudantes].

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e alterações posteriores].

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892** de 29 de dezembro de 2008. [Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia].

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.044** de 21 de outubro de 1969. [Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica].

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.202** de 17 de abril de 1975. [Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências].

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.853** de 24 de outubro de 1989. [Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências].

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.154** de 23 de julho de 2004. [Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências].

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. [Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional].

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296** de 2 de dezembro de 2004. [Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 9**, de 11 de março de 2002 [Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Física].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002. [Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 19 de fevereiro de 2002. [Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 17 de novembro de 2005. [Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2**, de 18 de junho de 2007. [Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2**, de 01 de julho de 2015. [Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9**. 2001. [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.]

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 27**. 2001. [Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 28**. 2001. [Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena].

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 1.304** de 06 de novembro 2002. [Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de Física.]

### Fontes Secundárias

ACORDO de Metas e Compromissos celebrados entre o Ministério da Educação e o IFB, de junho de 2010; disponível em: [http://www.ifb.edu.br/images/PRDI/acordo\\_de\\_metas\\_e\\_compromissos.pdf](http://www.ifb.edu.br/images/PRDI/acordo_de_metas_e_compromissos.pdf)

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS – ABC. **O Ensino de Ciências e a Educação Básica: Propostas para Superar a Crise**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de letras, 2007. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-19.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Escassez de professores no Ensino Médio - Propostas estruturais e emergenciais**. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem superar o déficit docente no Ensino Médio, Maio, 2007.

BRITO, M.R.F. **Perfil, desempenho e razão da opção dos estudantes pelas Licenciaturas**. São Paulo : n.º.3 p.401, 2007.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (Org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica – 2013**. São Paulo: Ed. Moderna, 2013. Disponível em: <http://zerohora.com.br/pdf/15067484.pdf>

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. s.l.: Cortez 6ª Ed., 2006.